



INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

3T11

LOJAS RENNER S.A.

VERSÃO 1 – 27.10.2011

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	10
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	20
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	21
Demonstração do Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
Notas Explicativas	28

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	62
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	122.551
Preferenciais	0
Total	122.551
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	16/12/2010	Juros sobre Capital Próprio	20/04/2011	Ordinária		0,57400
Reunião do Conselho de Administração	14/03/2011	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,15100
Assembléia Geral Ordinária	11/04/2011	Dividendo	20/04/2011	Ordinária		1,31420
Reunião do Conselho de Administração	26/06/2011	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,15440
Reunião do Conselho de Administração	23/09/2011	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,15810

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	2.144.334	2.048.144
1.01	Ativo Circulante	1.187.330	1.297.982
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	594.864	457.538
1.01.03	Contas a Receber	185.536	535.730
1.01.03.01	Clientes	172.032	505.484
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	13.504	30.246
1.01.04	Estoques	374.705	275.950
1.01.06	Tributos a Recuperar	22.297	18.487
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	22.297	18.487
1.01.07	Despesas Antecipadas	9.928	10.277
1.02	Ativo Não Circulante	957.004	750.162
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	226.784	253.444
1.02.01.03	Contas a Receber	4.699	5.872
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.699	5.872
1.02.01.06	Tributos Diferidos	52.973	75.457
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	52.973	75.457
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	169.112	172.115
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	6.031	9.508
1.02.01.09.04	Impostos a recuperar	13.081	12.607
1.02.01.09.05	FIDC Lojas Renner	150.000	150.000
1.02.02	Investimentos	182.334	22.743
1.02.02.01	Participações Societárias	182.334	22.743
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	182.271	22.680
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	63	63
1.02.03	Imobilizado	464.642	406.998
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	456.189	390.941
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	8.453	16.057
1.02.04	Intangível	83.244	66.977
1.02.04.01	Intangíveis	83.244	66.977
1.02.04.01.02	Outros	83.244	66.977

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	2.144.334	2.048.144
2.01	Passivo Circulante	671.062	897.921
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	69.333	72.082
2.01.01.01	Obrigações Sociais	19.611	15.744
2.01.01.01.01	Encargos sociais	19.611	15.744
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	49.722	56.338
2.01.01.02.01	Salários a pagar	49.722	56.338
2.01.02	Fornecedores	278.110	317.078
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	278.110	317.078
2.01.03	Obrigações Fiscais	63.511	145.429
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	13.505	67.736
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	22.037
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	13.505	45.699
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	49.712	77.104
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	294	589
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	137.931	200.314
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	130.044	200.314
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	130.044	200.314
2.01.04.02	Debêntures	7.887	0
2.01.05	Outras Obrigações	103.130	145.437
2.01.05.02	Outros	103.130	145.437
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	49.829	61.167
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	16.208
2.01.05.02.04	Aluguéis a pagar	26.133	26.456
2.01.05.02.05	Outras obrigações	27.168	34.552
2.01.05.02.06	Participações estatutárias	0	7.054
2.01.06	Provisões	19.047	17.581
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	19.047	17.581
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	13.056	11.943
2.01.06.01.05	Provisões para riscos trabalhistas	5.991	5.638
2.02	Passivo Não Circulante	404.683	128.915
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	325.266	36.415
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	27.311	36.415
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	27.311	36.415
2.02.01.02	Debêntures	297.955	0
2.02.02	Outras Obrigações	44.711	49.228
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.814	17.335
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	9.814	17.335
2.02.02.02	Outros	34.897	31.893
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições a recolher	26.189	28.964
2.02.02.02.04	Outras obrigações	8.708	2.929
2.02.04	Provisões	34.706	43.272
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	34.706	43.272
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	34.706	29.099
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	0	14.173
2.03	Patrimônio Líquido	1.068.589	1.021.308

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.01	Capital Social Realizado	414.126	408.734
2.03.02	Reservas de Capital	188.105	173.570
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	118.165	118.165
2.03.02.04	Opções Outorgadas	69.940	55.405
2.03.04	Reservas de Lucros	297.030	441.614
2.03.04.01	Reserva Legal	1.812	1.812
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	144.584
2.03.04.10	Reserva para investimento e expansão	295.218	295.218
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	161.057	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	8.271	-2.610

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	700.019	2.099.568	637.770	1.833.958
3.01.01	Receita líquida com venda de mercadorias	623.405	1.869.021	568.740	1.638.974
3.01.02	Receita líquida com produtos e serviços financeiros	76.614	230.547	69.030	194.984
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-313.824	-902.517	-289.980	-799.726
3.02.01	Custo das mercadorias vendidas	-308.537	-885.551	-282.459	-779.383
3.02.02	Custo dos produtos e serviços financeiros	-5.287	-16.966	-7.521	-20.343
3.03	Resultado Bruto	386.195	1.197.051	347.790	1.034.232
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-311.304	-911.346	-270.502	-778.856
3.04.01	Despesas com Vendas	-178.807	-524.617	-160.799	-448.151
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-60.126	-169.567	-56.810	-147.874
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-23.147	-70.508	-18.758	-70.910
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	5.960	7.708	11.265	13.027
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-56.960	-163.959	-51.100	-141.778
3.04.05.01	Outras despesas operacionais	-28.763	-81.843	-28.041	-72.818
3.04.05.02	Plano de opção de compra de ações	-4.260	-14.536	-4.459	-12.917
3.04.05.03	Depreciações e amortizações	-23.757	-67.493	-18.262	-54.918
3.04.05.04	Resultado na baixa de ativos fixos	-180	-87	-338	-1.125
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.776	9.597	5.700	16.830
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	74.891	285.705	77.288	255.376
3.06	Resultado Financeiro	2.303	10.218	8.637	21.206
3.06.01	Receitas Financeiras	15.843	32.861	11.811	31.942
3.06.02	Despesas Financeiras	-13.540	-22.643	-3.174	-10.736
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	77.194	295.923	85.925	276.582
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-20.498	-78.096	-28.927	-91.723
3.08.01	Corrente	-17.009	-61.217	-28.680	-92.021
3.08.02	Diferido	-3.489	-16.879	-247	298
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	56.696	217.827	56.998	184.859
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	56.696	217.827	56.998	184.859

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,46270	1,78800	0,46730	1,51630
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,45320	1,75270	0,45780	1,49140

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	56.696	217.827	56.998	184.859
4.02	Outros Resultados Abrangentes	9.663	10.881	-2.051	-1.053
4.02.01	Hedge fluxo de caixa	9.663	10.881	-2.051	-1.053
4.03	Resultado Abrangente do Período	66.359	228.708	54.947	183.806

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	363.790	190.185
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	308.421	250.663
6.01.01.01	Lucro líquido do período	217.827	184.859
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	67.456	54.880
6.01.01.03	Amortização do ágio	37	37
6.01.01.04	Resultado venda ou baixa de ativos fixos	410	1.169
6.01.01.05	Juros provisionados, líquidos dos pagos	7.850	-29
6.01.01.06	Plano de opção de compra de ações	14.536	12.917
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-9.597	-16.830
6.01.01.08	Provisão p/riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-7.100	11.352
6.01.01.09	Tributos diferidos	22.484	-1.620
6.01.01.10	Provisões para perdas em ativos	-5.482	3.928
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	55.369	-71.781
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	333.511	132.431
6.01.02.02	Estoques	-93.334	-110.193
6.01.02.03	(Perdas) ganhos não realizadas com derivativos	10.881	-1.053
6.01.02.04	Outros ativos	13.980	-3.677
6.01.02.05	Depósitos judiciais	3.477	-36
6.01.02.06	Financiamento - operações serviços financeiros	-70.233	-3.163
6.01.02.07	Fornecedores	-38.968	-26.451
6.01.02.08	Salários e férias a pagar	-6.616	4.431
6.01.02.09	Impostos e contribuições a recolher	-80.826	-64.472
6.01.02.10	Outras obrigações	-1.605	-2.622
6.01.02.11	Aluguéis a pagar	-323	-2.702
6.01.02.12	Obrigações estatutárias	-7.054	-6.007
6.01.02.13	Débitos com empresas ligadas	-7.521	11.733
6.01.03	Outros	0	11.303
6.01.03.01	Recebimento de dividendos de subsidiárias	0	11.303
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-291.806	-63.363
6.02.01	Aquisições de imobilizado	-110.313	-58.146
6.02.02	Aquisições de intangível	-31.542	-5.408
6.02.03	Recebimento por venda de ativo fixo	79	191
6.02.04	Investimentos Camicado	-150.030	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	65.342	-140.257
6.03.01	Empréstimos tomados	297.955	0
6.03.02	Aumento de capital social	5.392	2.432
6.03.03	Pagamento de empréstimos	-9.104	-6.613
6.03.04	Juros sobre capital próprio e dividendos	-228.901	-136.076
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	137.326	-13.435
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	457.538	410.713
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	594.864	397.278

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	408.734	173.570	441.614	0	-2.610	1.021.308
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	408.734	173.570	441.614	0	-2.610	1.021.308
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.392	14.535	-144.584	-56.770	0	-181.427
5.04.01	Aumentos de Capital	5.392	0	0	0	0	5.392
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	14.535	0	0	0	14.535
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-56.770	0	-56.770
5.04.09	Deliberação dividendo adicional proposto	0	0	-144.584	0	0	-144.584
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	217.827	10.881	228.708
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	217.827	0	217.827
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	10.881	10.881
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	10.881	10.881
5.07	Saldos Finais	414.126	188.105	297.030	161.057	8.271	1.068.589

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	402.945	156.184	308.819	0	-1.512	866.436
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	402.945	156.184	308.819	0	-1.512	866.436
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.432	12.918	-88.796	0	0	-73.446
5.04.01	Aumentos de Capital	2.432	0	0	0	0	2.432
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	12.918	0	0	0	12.918
5.04.09	Deliberação dividendo adicional proposto	0	0	-88.796	0	0	-88.796
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	184.859	-1.053	183.806
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	184.859	0	184.859
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.053	-1.053
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-1.053	-1.053
5.07	Saldos Finais	405.377	169.102	220.023	184.859	-2.565	976.796

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	2.656.293	2.324.249
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.723.099	2.383.677
7.01.02	Outras Receitas	3.702	11.482
7.01.02.01	Resultado na baixa de ativos fixos	-87	-1.125
7.01.02.02	Outros resultados operacionais	3.789	12.607
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-70.508	-70.910
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.453.800	-1.271.800
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.091.529	-948.243
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-350.501	-309.104
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-11.770	-14.453
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.202.493	1.052.449
7.04	Retenções	-67.493	-54.918
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-67.493	-54.918
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.135.000	997.531
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	42.554	48.772
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.597	16.830
7.06.02	Receitas Financeiras	32.957	31.942
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.177.554	1.046.303
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.177.554	1.046.303
7.08.01	Pessoal	271.576	233.305
7.08.01.01	Remuneração Direta	194.190	169.599
7.08.01.02	Benefícios	41.292	31.117
7.08.01.03	F.G.T.S.	17.009	14.523
7.08.01.04	Outros	19.085	18.066
7.08.01.04.01	Plano de opção de compra de ações	14.536	12.917
7.08.01.04.02	Remuneração dos administradores	4.549	5.149
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	553.311	527.846
7.08.02.01	Federais	243.052	257.887
7.08.02.02	Estaduais	296.542	258.265
7.08.02.03	Municipais	13.717	11.694
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	134.840	100.293
7.08.03.02	Aluguéis	112.397	89.700
7.08.03.03	Outras	22.443	10.593
7.08.03.03.01	Despesas financeiras	22.443	10.593
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	217.827	184.859
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	56.770	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	161.057	184.859

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	2.641.337	2.456.015
1.01	Ativo Circulante	1.838.263	1.872.921
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	659.093	683.661
1.01.03	Contas a Receber	757.942	893.748
1.01.03.01	Clientes	743.768	863.493
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	14.174	30.255
1.01.04	Estoques	394.960	275.950
1.01.06	Tributos a Recuperar	23.469	18.610
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	23.469	18.610
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.799	952
1.02	Ativo Não Circulante	803.074	583.094
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	81.639	103.451
1.02.01.03	Contas a Receber	4.699	5.872
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.699	5.872
1.02.01.06	Tributos Diferidos	57.399	75.457
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	57.399	75.457
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	19.541	22.122
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	6.460	9.515
1.02.01.09.04	Impostos a recuperar	13.081	12.607
1.02.02	Investimentos	63	63
1.02.02.01	Participações Societárias	63	63
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	63	63
1.02.03	Imobilizado	473.940	412.603
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	465.476	396.546
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	8.464	16.057
1.02.04	Intangível	247.432	66.977
1.02.04.01	Intangíveis	87.548	66.977
1.02.04.01.02	Outros	87.548	66.977
1.02.04.02	Goodwill	159.884	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	2.641.337	2.456.015
2.01	Passivo Circulante	814.870	977.575
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	72.702	72.108
2.01.01.01	Obrigações Sociais	20.752	15.753
2.01.01.01.01	Encargos sociais	20.752	15.753
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	51.950	56.355
2.01.01.02.01	Salários a pagar	51.950	56.355
2.01.02	Fornecedores	304.511	318.285
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	304.511	318.285
2.01.03	Obrigações Fiscais	68.464	146.674
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	17.297	68.940
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	764	23.001
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	16.533	45.939
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	50.778	77.104
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	389	630
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	234.900	279.426
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	227.013	279.426
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	227.013	279.426
2.01.04.02	Debêntures	7.887	0
2.01.05	Outras Obrigações	115.097	143.501
2.01.05.02	Outros	115.097	143.501
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	49.829	61.167
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	16.208
2.01.05.02.04	Aluguéis a pagar	19.779	20.809
2.01.05.02.05	Outras obrigações	45.489	38.263
2.01.05.02.06	Participações estatutárias	0	7.054
2.01.06	Provisões	19.196	17.581
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	19.196	17.581
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	13.092	11.943
2.01.06.01.05	Provisões para riscos trabalhistas	6.104	5.638
2.02	Passivo Não Circulante	757.878	457.132
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	668.119	377.076
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	370.164	377.076
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	370.164	377.076
2.02.01.02	Debêntures	297.955	0
2.02.02	Outras Obrigações	54.398	36.642
2.02.02.02	Outros	54.398	36.642
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições a recolher	27.112	28.964
2.02.02.02.04	Outras obrigações	27.286	7.678
2.02.04	Provisões	35.361	43.414
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	35.361	43.414
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	35.361	29.241
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	0	14.173
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.068.589	1.021.308
2.03.01	Capital Social Realizado	414.126	408.734
2.03.02	Reservas de Capital	188.105	173.570

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	118.165	118.165
2.03.02.04	Opções Outorgadas	69.940	55.405
2.03.04	Reservas de Lucros	297.030	441.614
2.03.04.01	Reserva Legal	1.812	1.812
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	144.584
2.03.04.10	Reserva para investimento e expansão	295.218	295.218
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	161.057	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	8.271	-2.610

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	741.922	2.177.110	643.873	1.851.585
3.01.01	Receita líquida com venda de mercadorias	657.076	1.924.437	568.740	1.638.974
3.01.02	Receita líquida com produtos e serviços financeiros	84.846	252.673	75.133	212.611
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-332.789	-933.561	-289.980	-799.726
3.02.01	Custo das vendas com mercadorias	-327.502	-916.594	-282.459	-779.383
3.02.02	Custo dos produtos e serviços financeiros	-5.287	-16.967	-7.521	-20.343
3.03	Resultado Bruto	409.133	1.243.549	353.893	1.051.859
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-332.503	-956.368	-275.740	-794.053
3.04.01	Despesas com Vendas	-189.434	-541.644	-159.934	-445.718
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-63.936	-176.020	-56.810	-147.874
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-24.384	-72.119	-18.758	-70.910
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	5.960	7.708	11.265	13.028
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-60.709	-174.293	-51.503	-142.579
3.04.05.01	Outras despesas operacionais	-32.096	-91.404	-28.412	-73.525
3.04.05.02	Plano de opção de compra de ações	-4.260	-14.536	-4.459	-12.917
3.04.05.03	Depreciações e amortizações	-24.173	-68.266	-18.294	-55.012
3.04.05.04	Resultado na baixa de ativos fixos	-180	-87	-338	-1.125
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	76.630	287.181	78.153	257.806
3.06	Resultado Financeiro	1.667	8.817	8.585	21.116
3.06.01	Receitas Financeiras	15.990	33.035	11.812	31.947
3.06.02	Despesas Financeiras	-14.323	-24.218	-3.227	-10.831
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	78.297	295.998	86.738	278.922
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-21.601	-78.171	-29.740	-94.063
3.08.01	Corrente	-18.702	-65.719	-29.493	-94.361
3.08.02	Diferido	-2.899	-12.452	-247	298
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	56.696	217.827	56.998	184.859
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	56.696	217.827	56.998	184.859
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	56.696	217.827	56.998	184.859

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,46270	1,78800	0,46730	1,51630
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,45320	1,75270	0,45780	1,49140

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	56.696	217.827	56.998	184.859
4.02	Outros Resultados Abrangentes	9.663	10.881	-2.051	-1.053
4.02.01	Hedge fluxo de caixa	9.663	10.881	-2.051	-1.053
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	66.359	228.708	54.947	183.806
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	66.359	228.708	54.947	183.806

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	211.732	191.471
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	316.769	267.595
6.01.01.01	Lucro líquido do período	217.827	184.859
6.01.01.02	Depreciações e amrtizações	68.229	54.975
6.01.01.03	Amortização de ágio	37	37
6.01.01.04	Resultado venda ou baixa dos ativos fixos	410	1.169
6.01.01.05	Juros provisionados, líquidos dos pagos	8.048	-29
6.01.01.06	Plano de opção de compra de ações	14.536	12.917
6.01.01.07	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-6.438	11.359
6.01.01.08	Tributos diferidos	18.058	-1.620
6.01.01.09	Provisão para perda em ativos	-3.938	3.928
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-105.037	-76.124
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	118.550	122.541
6.01.02.02	Estoques	-113.897	-110.193
6.01.02.03	(Perdas) ganhos não realizadas em derivativos	10.881	-1.053
6.01.02.04	Outros ativos	10.074	-3.943
6.01.02.05	Depósitos judiciais	3.055	-43
6.01.02.06	Financiamento - operações serviços financeiros	-61.400	6.139
6.01.02.07	Aplicação quotas subordinadas FIDC Lojas Renner	2.192	0
6.01.02.08	Fornecedores	-13.774	-26.460
6.01.02.09	Salários e férias a pagar	-4.405	4.451
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher	-75.063	-64.424
6.01.02.11	Outras obrigações	26.834	4.532
6.01.02.12	Aluguéis a pagar	-1.030	-1.664
6.01.02.13	Obrigações estatutárias	-7.054	-6.007
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-310.468	-63.363
6.02.01	Aquisições de imobilizado	-113.445	-58.146
6.02.02	Aquisições de intangível	-197.102	-5.408
6.02.03	Recebimento por venda de ativo fixo	79	191
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	74.168	-140.257
6.03.01	Empréstimos tomados	319.889	0
6.03.02	Aumento de capital social	5.392	2.432
6.03.03	Pagamentos de empréstimos	-22.212	-6.613
6.03.04	Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	-228.901	-136.076
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-24.568	-12.149
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	683.661	411.370
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	659.093	399.221

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	408.734	173.570	441.614	0	-2.610	1.021.308	0	1.021.308
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	408.734	173.570	441.614	0	-2.610	1.021.308	0	1.021.308
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.392	14.535	-144.584	-56.770	0	-181.427	0	-181.427
5.04.01	Aumentos de Capital	5.392	0	0	0	0	5.392	0	5.392
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	14.535	0	0	0	14.535	0	14.535
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-56.770	0	-56.770	0	-56.770
5.04.09	Deliberação dividendo adicional proposto	0	0	-144.584	0	0	-144.584	0	-144.584
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	217.827	10.881	228.708	0	228.708
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	217.827	0	217.827	0	217.827
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	10.881	10.881	0	10.881
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	10.881	10.881	0	10.881
5.07	Saldos Finais	414.126	188.105	297.030	161.057	8.271	1.068.589	0	1.068.589

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	402.945	156.184	308.819	0	-1.512	866.436	0	866.436
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	402.945	156.184	308.819	0	-1.512	866.436	0	866.436
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.432	12.918	-88.796	0	0	-73.446	0	-73.446
5.04.01	Aumentos de Capital	2.432	0	0	0	0	2.432	0	2.432
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	12.918	0	0	0	12.918	0	12.918
5.04.09	Deliberação dividendo adicional proposto	0	0	-88.796	0	0	-88.796	0	-88.796
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	184.859	-1.053	183.806	0	183.806
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	184.859	0	184.859	0	184.859
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.053	-1.053	0	-1.053
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-1.053	-1.053	0	-1.053
5.07	Saldos Finais	405.377	169.102	220.023	184.859	-2.565	976.796	0	976.796

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	2.745.251	2.343.545
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.813.668	2.402.973
7.01.02	Outras Receitas	3.702	11.482
7.01.02.01	Resultado na baixa de ativos fixos	-87	-1.125
7.01.02.02	Outros resultados operacionais	3.789	12.607
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-72.119	-70.910
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.512.608	-1.272.418
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.128.144	-948.243
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-371.122	-309.722
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-13.342	-14.453
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.232.643	1.071.127
7.04	Retenções	-68.266	-55.012
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-68.266	-55.012
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.164.377	1.016.115
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	33.131	31.948
7.06.02	Receitas Financeiras	33.131	31.948
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.197.508	1.048.063
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.197.508	1.048.063
7.08.01	Pessoal	279.598	233.364
7.08.01.01	Remuneração Direta	200.339	169.653
7.08.01.02	Benefícios	42.402	31.117
7.08.01.03	F.G.T.S.	17.772	14.528
7.08.01.04	Outros	19.085	18.066
7.08.01.04.01	Plano de opção de compra de ações	14.536	12.917
7.08.01.04.02	Remuneração dos administradores	4.549	5.149
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	561.061	531.978
7.08.02.01	Federais	249.272	261.048
7.08.02.02	Estaduais	296.404	258.268
7.08.02.03	Municipais	15.385	12.662
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	139.022	97.862
7.08.03.02	Aluguéis	115.035	87.175
7.08.03.03	Outras	23.987	10.687
7.08.03.03.01	Despesas financeiras	23.987	10.687
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	217.827	184.859
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	56.770	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	161.057	184.859

Comentário do Desempenho

Os resultados apresentados a seguir, exceto onde indicado o contrário, consolidam os números da Camicado a partir de maio de 2011. No entanto, as informações dos mesmos períodos de 2010 não incluem a Camicado. Já as informações indicadas como "Lojas Renner" consolidam apenas os resultados da Lojas Renner S.A. - controladora, Dromegon Participações Ltda. e Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda.

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

O terceiro trimestre do ano foi marcado por uma reversão no cenário macroeconômico do País, que associada a uma condição climática também desfavorável, tornou o ambiente mais desafiador para o varejo de moda. A evolução das Vendas em Mesmas Lojas da Renner, ao nível de 3,8% no trimestre e 8,1% nos nove meses, é uma indicação clara da desaceleração verificada no período, onde o grau de confiança dos consumidores foi, particularmente, afetado pelas notícias diárias sobre a variação cambial, a inflação e os efeitos da crise européia e americana. Temperaturas persistentemente baixas nas Regiões Sul e Sudeste, durante o mês de agosto, afetaram ainda mais a disposição dos consumidores de irem às compras, principalmente considerando que as lojas já estavam, naquele momento, preparadas com a nova coleção de primavera. Não obstante tal quadro, as lojas recém-adicionadas à rede - aquelas que não compõem as Vendas em Mesmas Lojas - contribuíram para que as vendas totais da Companhia avançassem 15,5% no trimestre e 17,4% nos nove meses do ano, confirmando a importância e assertividade do plano de expansão.

Mesmo com as pressões do preço mais elevado do algodão, que ainda influenciavam os custos no 3T11 e a consolidação da Camicado, a Margem Bruta da Operação de Varejo foi de 50,2%, praticamente no mesmo nível do apresentado no 3T10, que foi de 50,3%. Nos 9M11, a Margem Bruta foi de 52,4%, também em linha com o apresentado no mesmo período de 2010. Na operação Renner, o maior volume de itens importados e também as baixas temperaturas registradas em julho e agosto, geraram menores necessidades de remarcações e contribuíram favoravelmente para o resultado da Margem Bruta no trimestre, que continuou expandindo, tendo passado de 50,3% para 50,5% no comparativo do 3T11.

Os Resultados de Serviços Financeiros totalizaram R\$ 34,0 milhões no período trimestral, acumulando resultado de R\$ 104,6 milhões nos primeiros nove meses do ano. Mesmo com as mudanças no cenário macroeconômico, a inadimplência permaneceu em níveis baixos, representando 2,7% da Receita Líquida das Vendas de Mercadorias, e a participação do Cartão Renner ficou em 55,3% no 3T11 e em 54,9% nos 9M11.

Ao longo do 3T11, deu-se continuidade ao programa de aberturas de lojas previstas para o ano, tendo-se atingido 12 novas lojas abertas nos primeiros nove meses, sendo 10 Renner – modelos compacto e tradicional – e 2 Blue Steel, que ao todo adicionaram 15,7 mil m² de área de venda na Companhia. Até o final do ano, estão previstas outras 20 inaugurações de Lojas Renner e mais um protótipo de Blue Steel, que comporá o conjunto de 3 lojas piloto para os testes de uma potencial criação de rede especializada com aquela marca.

O processo de consolidação e integração da Camicado continua em andamento conforme planos iniciais e a Administração permanece confiante nas oportunidades desta nova operação. Para o ano de 2011, estão previstas ainda a abertura de mais três lojas.

INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS

A **Receita Líquida das Vendas de Mercadorias** foi de **R\$ 657,1 milhões** no **3T11**, apresentando um crescimento de **15,5%** sobre as vendas da Renner no 3T10. Nos **9M11**, a **Receita Líquida das Vendas de Mercadorias** somou **R\$1.924,4 milhões**, apresentando um crescimento de **17,4%** sobre os 9M10. Os crescimentos foram influenciados por baixas temperaturas, que beneficiaram as vendas de itens de inverno em julho, porém dificultaram a transição para as coleções de Primavera-Verão. O cenário macroeconômico também influenciou a performance de vendas, tornando o ambiente de negócios mais desafiador.

A **Margem Bruta da Operação de Varejo** foi de **50,2%**, praticamente em linha com os 50,3% apresentados pela Renner no 3T10. Nos **9M11**, a **Margem Bruta do Varejo** chegou a **52,4%**, em linha com o apresentado nos 9M10, tendo a integração da Camicado exercido um efeito diluidor mínimo em tais margens.

Comentário do Desempenho

Quanto às **Despesas Operacionais**, o **3T11** apresentou **Despesas com Vendas** de **R\$ 189,4 milhões**, representando **28,8%** da Receita Líquida das Vendas de Mercadorias versus 28,1% no mesmo período do ano anterior. Esta pressão deve-se a um maior nível de despesas pré-operacionais relativas a um elevado número de lojas que serão inauguradas no ano e também à consolidação da Camicado. As **Despesas Gerais e Administrativas**, por sua vez, foram de **R\$ 63,9 milhões**, representando **9,7%** da Receita Líquida e ficando abaixo do patamar do ano anterior, que foi de 10,0%, mesmo após a consolidação da Camicado. Nos **9M11**, as **Despesas com Vendas** totalizaram **R\$ 541,6 milhões** ou **28,1%** ante 27,2% da Receita Líquida nos **9M10** e as **Despesas Gerais e Administrativas** foram de **R\$ 176,0 milhões**, representando **9,1%** da Receita Líquida nos **9M11** versus 9,0% em 2010 devido às maiores despesas incorridas no primeiro semestre de 2011 decorrentes dos ajustes nas áreas corporativas e de logística da Companhia para suportar o novo patamar de crescimento.

Após a integração da Camicado, a partir de maio de 2011, o **LAJIDA (EBITDA) do Varejo**, totalizou **R\$ 71,3 milhões**, com **Margem LAJIDA (EBITDA)** de **10,8%** no **3T11** versus 11,4% no 3T10. No período de nove meses, o **LAJIDA (EBITDA) da Operação de Varejo** totalizou **R\$ 265,5 milhões**, com **Margem** de **13,8%** nos **9M11** ante 14,6% nos 9M10. Nos nove meses, o resultado foi também impactado pelas maiores despesas incorridas no primeiro semestre relacionadas ao plano de expansão da Renner.

RESULTADO DE SERVIÇOS FINANCEIROS

ABERTURA DO RESULTADO DE SERVIÇOS FINANCEIROS (R\$ MM)	3T11	3T10	Variação%	9M11	9M10	Variação%
Receitas, Líquidas do Funding e Impostos	79,6	67,6	17,7%	235,7	192,3	22,8%
Vendas em 0+5 Parcelas sem Encargos (Recuperação de Créditos em Atraso)	19,6	16,4	19,1%	56,8	49,5	15,8%
Vendas Financiadas em 0+8 Parcelas com Encargos (Encargos + Recuperação de Créditos em Atraso)	37,4	30,9	21,0%	113,1	84,1	34,4%
Empréstimos Pessoais e Outros Serviços Financeiros	22,6	20,3	11,5%	65,8	58,7	12,2%
Perdas em Créditos, Líquidas das Recuperações	(24,4)	(18,7)	30,0%	(72,1)	(70,9)	2,4%
Vendas em 0+5 Parcelas sem Encargos	(6,2)	(2,9)	110,1%	(17,4)	(17,0)	4,7%
Vendas Financiadas em 0+8 Parcelas com Encargos	(10,4)	(10,4)	0,0%	(34,2)	(38,2)	-10,6%
Empréstimos Pessoais e Outros Serviços Financeiros	(7,8)	(5,4)	43,6%	(20,5)	(15,7)	31,3%
Despesas Operacionais (Cartão Renner e Serviços Financeiros)	(21,2)	(12,4)	71,5%	(59,0)	(33,8)	74,5%
Resultado de Serviços Financeiros	34,0	36,5	-6,9%	104,6	87,6	19,5%
% Sobre o EBITDA total da Companhia	32,3%	36,1%	-	28,3%	26,8%	-

O **Resultado de Serviços Financeiros** atingiu **R\$ 34,0 milhões**, ante R\$ 36,5 milhões no 3T10, impactado principalmente pelas despesas do lançamento dos cartões co-branded, que num primeiro momento ainda não geram receitas relevantes. Além disso, neste trimestre não houve o benefício da reversão de provisões excedentes, no valor não recorrente de R\$ 6,0 milhões, contabilizadas no 3T10 e a inadimplência foi levemente superior a apresentada no mesmo período do ano anterior. A deterioração do cenário macroeconômico também gerou menor demanda pelos produtos de crédito e menor participação das vendas no Cartão Renner. Para o período de nove meses, o **Resultado de Serviços Financeiros** foi de **R\$ 104,6 milhões**, com crescimento de **19,5%** sobre os R\$ 87,6 milhões alcançados nos 9M10.

Vale mencionar que no **3T11**, o Resultado foi, ainda, positivamente impactado pelo menor custo das operações com juros e de atrasados, que representaram uma economia de **R\$ 3,0 milhões** em relação a 2010 devido ao FIDC. No período acumulado esta estrutura já soma economias de **R\$ 9,9 milhões**.

As **perdas no Cartão Renner**, no **3T11**, Líquidas das Recuperações, foram de **2,7%** da Receita Líquida das Vendas de Mercadorias, **0,4 ponto percentual** maior que os 2,3% apresentados no 3T10 (ou 3,0% se considerada a carteira de crédito apenas versus 2,7% no 3T10). Nos **9M11**, as **perdas no Cartão** foram de **2,8%** ante 3,4% nos 9M10 (ou 8,9% se considerada a carteira de crédito apenas contra 10,5% no ano anterior).

Em 30 de setembro, o total de **Cartões Renner** emitidos somava **18,4 milhões** com uma participação de **55,3%** nas vendas de mercadorias. No **3T11**, as vendas em **0+5 parcelas** representaram **43,6%** das vendas totais e a condição de **0+8 parcelas com encargos** registraram **11,7%**. Para o período acumulado de nove

Comentário do Desempenho

meses, o Cartão Renner representou **54,9%** das Vendas, sendo **42,9%** em **0+5 parcelas** e **12,0%** em **0+8 parcelas**.

O **ticket médio do Cartão Renner** no **3T11** foi de **R\$ 136,34** apresentando um crescimento de **8,5%** ante os R\$125,67 do 3T10. Nos **9M11**, o **ticket médio do Cartão Renner** foi de **R\$ 140,90** versus R\$ 127,38 nos 9M10. O **ticket médio da Companhia**, por sua vez foi de **R\$ 100,07** no **3T11** e de **R\$ 102,49** nos **9M11**, com crescimentos de **7,0%** e **8,0%**, respectivamente.

Para os produtos de crédito pessoal, a **carteira total de empréstimos** atingiu em setembro de 2011, **R\$ 106,1 milhões** (R\$ 78,3 milhões se ajustados a valor presente), com crescimento de **5,8%** sobre setembro de 2010. As **perdas de empréstimos pessoais e outros serviços financeiros, líquidas das recuperações**, no trimestre foram de **R\$ 7,8 milhões** versus R\$ 5,4 milhões no mesmo período do ano anterior e nos nove meses chegaram a **R\$ 20,5 milhões** ante R\$ 15,7 milhões nos 9M10. O **ticket médio dos empréstimos** nos **9M11** foi de **R\$ 583,00** e o **prazo médio** de **8 meses**.

LAJIDA (EBITDA): VAREJO + SERVIÇOS FINANCEIROS

Diante dos fatos acima mencionados, o **LAJIDA (EBITDA) Total** foi de **R\$ 105,3 milhões** no **3T11**, sendo constituído por **R\$ 71,3 milhões** advindos da **Operação de Varejo** e **R\$ 34,0 milhões** de **Serviços Financeiros**. Assim, a **Margem LAJIDA (EBITDA)** do **3T11** foi de **16,0%** ante 17,8% no mesmo período do ano anterior. Nos **nove meses**, o **LAJIDA (EBITDA) Total** chegou a **R\$ 370,1 milhões** e a **Margem LAJIDA (EBITDA)** atingiu **19,2%** versus 19,9% nos 9M10. As reduções apresentadas referem-se basicamente à consolidação da Camicado, assim como as maiores despesas operacionais incorridas no 1S11 e relacionadas a expansão mais agressiva prevista para a Renner, e finalmente à base comparativa diferente (sem a reversão de provisões) na área de serviços financeiros.

RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO (R\$ MM)	3T11	3T10	9M11	9M10
Receitas Financeiras	13,4	10,1	27,4	26,7
Despesas Financeiras	(10,8)	(2,1)	(18,4)	(7,5)
Efeito Líq. do Ajuste a Valor Pres. dos Impostos de Longo Prazo	0,2	0,7	0,9	1,8
Variação Cambial Líquida	(1,1)	(0,1)	(1,1)	0,1
Resultado Financeiro, Líquido	1,7	8,6	8,8	21,1

O **Resultado Financeiro Líquido**, no **3T11**, foi de **R\$ 1,7 milhão**, formado por receitas financeiras advindas dos rendimentos de aplicações do Caixa e Equivalentes de Caixa, assim como de despesas financeiras advindas do serviço da **dívida** de **R\$ 354,4 milhões** e por algumas despesas bancárias.

DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS

DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS (R\$ MM)	set/11	jun/11	set/10
Caixa e Equivalentes de Caixa	659,1	242,2	399,2
Empréstimos e Financiamentos Totais	(354,4)	(50,7)	(37,6)
Curto Prazo	(29,1)	(20,4)	(8,9)
Longo Prazo	(325,3)	(30,3)	(28,7)
Disponibilidades Líquidas	304,7	191,5	361,6
Dívida Líquida / EBITDA*	-0,6 x	-0,4 x	-0,7 x

*EBITDA últimos 12 meses.

Comentário do Desempenho

Em 30 de setembro de 2011, o **Caixa e Equivalentes de Caixa** totalizavam **R\$ 659,1 milhões**, ante os R\$ 399,2 milhões de setembro de 2010. Este aumento está relacionado, principalmente, à emissão, em agosto, de 30.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10 mil. Os **Empréstimos e Financiamentos** da Companhia atingiram **R\$ 354,4 milhões**, dos quais R\$ 305,8 milhões são referentes a emissão de debêntures, R\$ 39,6 milhões de captação de recursos com o Banco do Nordeste e R\$ 9,0 milhões de empréstimos para capital de giro da Camicado. Dessa forma, a Companhia encerrou o trimestre com **Disponibilidades Líquidas** de **R\$ 304,7 milhões**.

As debêntures da primeira série, no montante de R\$ 215,1 milhões, fazem jus a uma remuneração de CDI + 1,10% a.a., e possuem prazo de vencimento de 5 anos. As debêntures da segunda série, no montante de R\$ 84,9 milhões, fazem jus a uma remuneração de IPCA + 7,80% a.a., e possuem prazo de vencimento de 6 anos. A Standard & Poor's atribuiu rating "brAA+" à oferta.

LUCRO LÍQUIDO

Conforme itens acima descritos, o **Lucro Líquido** da Companhia no **3T11** foi de **R\$ 56,7 milhões**, com **Margem Líquida** de **8,6%** ante 10,0% no 3T10. No período de **9M11**, o **Lucro Líquido** teve expansão de **17,8%**, passando de R\$ 184,9 milhões nos 9M10 para **R\$ 217,8 milhões**, com **Margem Líquida** de **11,3%** no **9M11**, em linha com a margem apresentada nos 9M10.

INVESTIMENTOS (CAPEX)

SUMÁRIO DOS INVESTIMENTOS (R\$ MM)	3T11	3T10	9M11	9M10
Novas Lojas	29,6	16,9	89,4	40,0
Remodelação de Instalações	7,4	5,4	17,6	7,1
Sistemas e Equipamentos de Tecnologia	10,3	2,1	15,5	7,8
Outros	8,4	2,7	21,5	8,6
Total	55,7	27,1	144,0	63,5

No **3T11**, os **Investimentos** em ativos fixos totalizaram **R\$ 55,7 milhões** ante R\$ 27,1 milhões no 3T10. Desse montante, R\$ 29,6 milhões foram aplicados na abertura de lojas que entraram em operação ao longo do trimestre e em parte das lojas que abrirão no 4T11. No **período acumulado**, foram abertas 10 novas lojas Renner, 2 Blue Steel e 1 Camicado.

Em **setembro de 2011**, a Renner contava com **146 unidades**, totalizando metragem de vendas de **290,5 mil m²** e a Camicado por sua vez tinha **28 lojas**, com área de vendas de **14,3 mil m²**.

As despesas com **Depreciações e Amortizações** totalizaram **R\$ 24,2 milhões** no **3T11** e **R\$ 68,3 milhões** nos **9M11**.

DIVIDENDOS

No **3T11**, a Lojas Renner creditou aos seus Acionistas dividendos na forma de **Juros Sobre Capital Próprio** no montante de **R\$ 19,4 milhões** ou **R\$ 0,1581 por ação**. No período acumulado dos primeiros nove meses do ano, os créditos de JSCP já somam **R\$ 56,8 milhões**.

Comentário do Desempenho

INFORMAÇÕES RESUMIDAS DA LOJAS RENNER

RESUMO DOS RESULTADOS (R\$ MM)	3T11	3T10	Variação %	9M11	9M10	Variação %
Receita Líquida das Vendas de Mercadorias	623,4	568,7	9,6%	1.869,0	1.639,0	14,0%
Margem Bruta da Operação de Varejo (%)	50,5%	50,3%	+0,2 p.p.	52,6%	52,4%	+0,2 p.p.
Margem LAJIDA (EBITDA) da Oper. de Varejo (%)	11,6%	11,4%	+0,2 p.p.	14,3%	14,6%	-0,3 p.p.
Resultado dos Serviços Financeiros	34,0	36,5	-6,9%	104,6	87,6	19,5%
LAJIDA (EBITDA) Total	106,2	101,2	4,9%	372,3	326,9	13,9%
Margem LAJIDA (EBITDA) Total (%) (sobre a RL das Vendas de Mercadorias)	17,0%	17,8%	-0,8 p.p.	19,9%	19,9%	0,0 p.p.

DADOS OPERACIONAIS	3T11	3T10	Variação %	9M11	9M10	Variação %
Variação das Vendas em Mesmas Lojas ¹ <i>Crescimento nominal sobre o ano anterior</i>	3,8%	10,5%	-6,7 p.p.	8,1%	10,5%	-2,4 p.p.
Número Total de Lojas <i>Final de Setembro</i>	146	126	15,9%	146	126	15,9%
Área de Vendas (em mil m ²) <i>Final de Setembro</i>	290,5	261,1	11,2%	290,5	261,1	11,2%
Receita Líquida por m ² (R\$ por m ²) <i>Receita Líquida pela área média de vendas</i>	2.154	2.183	-1,3%	6.610	6.405	3,2%
Número de Colaboradores <i>Final de Setembro</i>	13.004	12.191	6,7%	13.004	12.191	6,7%
Ticket Médio do Cartão Renner (R\$)	136,34	125,67	8,5%	140,90	127,38	10,6%
Ticket Médio da Companhia (R\$)	100,07	93,48	7,0%	102,49	94,91	8,0%
Número de Cartões no final do período (MM)	18,4	16,4	11,9%	18,4	16,4	11,9%
Participação em Vendas do Cartão Renner	55,3%	57,0%	-1,7 p.p.	54,9%	57,0%	-2,1 p.p.
Participação em Vendas (5 v vezes)	43,6%	44,0%	-0,4 p.p.	42,9%	44,0%	-1,1 p.p.
Participação em Vendas (8 v vezes)	11,7%	13,0%	-1,3 p.p.	12,0%	13,0%	-1,0 p.p.
ROIC (%)	5,3%	6,3%	-1,0 p.p.	19,6%	20,4%	-0,8 p.p.

¹ As lojas são incluídas nas vendas de lojas comparáveis a partir do 13º mês de operação. As variações em vendas de lojas comparáveis entre os dois períodos são baseadas nas vendas líquidas das lojas que estavam em operação durante ambos os períodos que estão sendo comparados e, se uma loja estiver incluída no cálculo de vendas de lojas comparáveis por apenas uma parte de um dos dois períodos comparados, então essa loja será incluída no cálculo da parcela correspondente do outro período. Quando metros quadrados são acrescentados ou reduzidos a uma loja que é incluída nas vendas de lojas comparáveis, a loja permanece nas vendas de lojas comparáveis. Quando a operação de uma loja é descontinuada, as vendas dessa loja são excluídas do cálculo das vendas de lojas comparáveis para os períodos comparados.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Lojas Renner S.A. (a "Controladora") tem como atividade principal o comércio no varejo de artigos de vestuários, de artigos de esportes e de outros próprios de lojas de departamentos no mercado nacional. Complementam as atividades da Controladora e de suas controladas (em conjunto a "Companhia" ou Consolidado), o comércio varejista de utilidades domésticas, artigos de cama, mesa e banho, móveis e artigos para decoração, a importação de mercadorias, participação em outras sociedades, seja exercendo o controle ou participando em caráter permanente com investimento relevante em seu capital, como sócia quotista ou acionista, bem como a administração de bens próprios e a realização de empreendimentos diversos, isoladamente ou em conjunto com outras sociedades, a intermediação de serviços financeiros, tais como intermediação de empréstimos pessoais, financiamento de compras, seguros e títulos de capitalização, cartão bandeira, entre outras.

A Controladora é uma sociedade anônima com matriz em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, listada na Bolsa de Valores de São Paulo ("BOVESPA": LREN3).

1.1 Aquisição da Camicado - Maxmix Comercial Ltda.

Conforme divulgado em fato relevante de 4 de abril de 2011, a Companhia, por intermédio de sua subsidiária Renner Empreendimentos Ltda., concluiu em 12 de maio de 2011 a compra de 100% do capital da Maxmix Comercial Ltda. ("Camicado"), detentora da marca Camicado, empresa de varejo de utilidades domésticas, artigos de cama, mesa e banho e decoração, com 28 lojas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. O valor total do negócio totalizou R\$ 165.000, do qual foram descontados os ajustes de preço, oriundos do endividamento líquido da Camicado levantado na data de 4 de maio de 2011. Adicionalmente foi negociada a retenção de R\$ 15.000 para fazer frente a eventuais perdas que a Camicado venha a incorrer e que serão objeto de indenização à Companhia pelos ex-controladores da Camicado.

O saldo retido será corrigido desde a data de fechamento até a data de seu respectivo pagamento pela variação positiva do IGPM/FGV, limitado, no entanto, à variação do CDI no mesmo período, durante o período de 5 anos. Os pagamentos do valor retido serão realizados mediante a realização dos respectivos processos.

Na data de fechamento do negócio a Companhia realizou o pagamento de R\$ 99.810, correspondente à parcela de R\$ 112.500, abatida do endividamento líquido da Camicado no montante de R\$ 12.690 declarado naquela data. O saldo remanescente de R\$ 37.500 (líquido da parcela de R\$ 15.000 retida para pagamento futuro), foi integralmente pago entre 10 de junho e 04 de agosto de 2011, (abatida de novo endividamento líquido da Maxmix Comercial Ltda no montante de R\$ 430).

Em 30 de setembro de 2011 e até a data de divulgação destas demonstrações financeiras interinas, não foram concluídos os laudos de avaliação de valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição da Camicado, para alocação do pagamento e apuração final do ágio. A administração estima que essas avaliações serão concluídas até 31 de dezembro de 2011. Entretanto, a avaliação inicial da administração da Companhia indica que haverá diferenças entre o valor justo e o valor contábil apresentados no balanço patrimonial da Camicado, na data de aquisição, principalmente nos grupos de imobilizado e intangíveis.

Segue resumo da apuração de ágio nessa operação, considerando o balanço patrimonial da Camicado, antes dos ajustes de valor justo, com data-base de 30 de abril de 2011:

Ativo imobilizado	3.025
Ativo intangível	3.675
Outros ativos e passivos, líquido	(14.704)
Passivos líquidos de ativos	(8.004)
% de participação comprada	100%
Ativos líquidos de passivos, adquiridos	(8.004)
Contraprestação considerada	151.880
Ágio apurado na operação	<u>159.884</u>

Notas Explicativas

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras incluem:

- Demonstrações financeiras interinas individuais da Controladora elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), conforme descrito na nota explicativa nº 2.1.
- Demonstrações financeiras interinas consolidadas da Companhia elaboradas e apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), conforme descrito na nota explicativa nº 2.2.

A preparação das demonstrações financeiras interinas, tanto em IFRS quanto em BRGAAP, requer o uso, pela administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

A Administração avalia como práticas contábeis críticas aquelas que são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e que, também, requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tem impacto sobre questões que são inerentemente incertas. Esses julgamentos tornam-se mais subjetivos e complexos à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas. Na preparação das demonstrações financeiras interinas consolidadas, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso normal da operação, a demonstração de sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamento quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil de seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes.

As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas referem-se às provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 3.12), provisão para perdas em crédito (nota explicativa nº 3.7), determinação da taxa de desconto aplicada nos ajustes a valor presente (nota explicativa nº 3.8), determinação do valor justo da remuneração baseada em ações (nota explicativa nº 3.15), provisão para perdas em estoque (nota explicativa nº 3.9), estimativa de realização do imposto de renda diferido ativo (nota explicativa nº 3.14), e determinação da vida útil do ativo imobilizado e intangível (nota explicativa nº 3.10).

Essas demonstrações financeiras interinas foram aprovadas pela administração da Companhia em 11 de outubro de 2011.

2.1 Demonstrações financeiras interinas individuais da Controladora – BRGAAP

As demonstrações financeiras interinas individuais da Controladora para os períodos de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2011 foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 que trata de relatórios contábeis interinos.

As demonstrações financeiras interinas individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), normas, orientações e interpretações expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras interinas consolidadas.

Nas demonstrações financeiras interinas individuais o valor dos investimentos nas controladas é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras interinas individuais quanto nas demonstrações financeiras interinas consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras interinas individuais estabelecem a adoção do método de equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, enquanto que o IFRS não prevê demonstrações financeiras individuais, entretanto, nas demonstrações financeiras separadas, previstas pelo IFRS, a avaliação dos investimentos em controladas deve ser mensurada ao custo ou valor justo.

2.2 Demonstrações financeiras interinas Consolidadas – CPC e IFRS

As demonstrações financeiras interinas consolidadas para o período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2011 foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 e IAS 34 que tratam de relatórios contábeis interinos.

Notas Explicativas

As demonstrações financeiras interinas consolidadas foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC, normas, orientações e interpretações expedidas pela CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações e também de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

3 Resumo das principais políticas contábeis

As práticas contábeis a seguir apresentadas são igualmente aplicáveis para as demonstrações financeiras da controladora (BRGAAP) e do consolidado (IFRS e BRGAAP).

3.1 Apresentação segmentos operacionais

Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia. O principal tomador de decisões, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das principais decisões estratégicas da Companhia.

3.2 Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Controladora e cada uma de suas subsidiárias atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Controladora e de todas as suas controladas, e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas.

3.3 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre as subsidiárias consolidadas.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

Venda de mercadorias - varejo

A Companhia opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de suas mercadorias. A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente. As vendas são realizadas a vista, em dinheiro ou cartão de crédito, ou por financiamentos concedidos, descritos nas "vendas de serviços financeiros".

Vendas de serviços financeiros

A Companhia realiza operações de crediário próprio, empréstimos pessoais e financiamento de vendas por instituições financeiras, dos quais a Companhia é intermediadora. O resultado das operações é apropriado ao resultado considerando a taxa efetiva de juros, ao longo da vigência dos contratos.

Notas Explicativas

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista, as aplicações financeiras de liquidez imediata e o saldo de rendimentos de aplicações no Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC Lojas Renner (quota subordinadas controladora), registrados ao valor de mercado. No consolidado, também está incluído o saldo das aplicações financeiras do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC Lojas Renner, o qual tem uso restrito para aquisições de recebíveis originados nas operações da controladora.

3.5 Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge (nota explicativa nº 3.17). Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" (nota explicativa 3.6).

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (nota explicativa nº 3.6).

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. O teste para verificação de *impairment* das contas a receber de clientes está descrito na nota explicativa nº 3.7.

Compensação de instrumentos financeiros

Quando há um direito legalmente aplicável de compensar ativos e passivos financeiros, estes são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial se houver uma intenção de liquidá-los numa base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias, bem como pelos valores de empréstimo pessoal cedidos aos seus clientes por instituições financeiras, dos quais a Companhia é intermediadora. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, pelo transcorrer do prazo, ajustados pela taxa de juros efetiva (nota explicativa nº 3.8), menos a provisão para redução ao valor de recuperação (*impairment*) (nota explicativa nº 3.7).

A Controladora realiza operações de securitização do contas a receber por intermédio do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Lojas Renner ("FIDC Lojas Renner"), conforme nota explicativa nº 7.

Notas Explicativas

3.7 Provisão para perdas ao valor de recuperação do contas a receber de clientes

A provisão para perdas é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos. Em relação aos empréstimos pessoais, as provisões para perdas em créditos são constituídas com base na classificação de risco das operações, similar aos critérios de classificação das operações de crédito definidos pelo Banco Central do Brasil, seguindo a mesma política adotada pelas instituições financeiras.

3.8 Ajuste a valor presente

As operações de compras e vendas a prazo pré-fixadas foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base em taxa estimada do custo de capital da Companhia, mais risco de crédito, no caso de clientes. A taxa de juros utilizada no cálculo do ajuste a valor presente das vendas a prazo foi de 4,5% a.m. e reflete, na avaliação da administração, os riscos específicos da sua carteira de recebíveis. A taxa de juros utilizada no cálculo do ajuste a valor presente das compras a prazo foi de 1,1% a.m. Os impostos a recolher de longo prazo, sob os quais não há incidência de encargos financeiros, também foram ajustados a valor presente utilizando a taxa estimada do custo de capital da Companhia. Os tributos diferidos não são trazidos ao seu valor presente.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e estoques e sua reversão tem como contrapartida a conta de custo das vendas, pela fruição de prazo no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores nele registrados. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes (nota explicativa nº 6) e sua realização é registrada como receita de vendas pela fruição do prazo.

3.9 Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição deduzido de provisão para ajustá-los aos prováveis valores de realização, quando aplicável. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de mercadorias importadas.

3.10 Imobilizado e intangível

São registrados ao custo de aquisição, formação ou instalação de lojas, deduzido de depreciação ou amortização acumulada. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens descritas na nota explicativa nº 11. A Companhia adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas conforme descrito na nota explicativa nº 3.11. A Companhia efetua periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

3.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

3.12 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando há uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

3.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva e variações monetárias e cambiais e amortizações conforme previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Notas Explicativas

3.14 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, decorrentes de diferenças temporárias, foram constituídos considerando a expectativa de provável geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico, aprovado pela administração.

3.15 Benefícios a administradores, executivos e colaboradores

A Companhia concede a seus administradores, executivos e colaboradores, diversos benefícios usuais de mercado. Afim de melhor alinhar os interesses dos administradores, executivos e da equipe de colaboradores, a Companhia concede também os seguintes benefícios:

Remuneração com base em ações

A Companhia opera com planos de remuneração com base em ações a administradores e executivos selecionados, segundo os quais a entidade recebe os serviços dos mesmos como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia. O valor justo das opções outorgadas de compra de ações é calculado na data da respectiva outorga com base no modelo de *Black&Scholes*. Este modelo utiliza premissas como o valor de mercado da ação na data da outorga, o preço de exercício da opção, a volatilidade do preço das ações da Companhia, a taxa de juros livre de risco e o prazo de vigência do contrato "vesting period". A despesa é registrada em uma base "pro rata temporis", durante o período de prestação de serviços, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

Participação nos lucros e resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa cujas premissas principais para o reconhecimento e o pagamento estão relacionadas ao atingimento de metas de vendas, margem bruta, resultado operacional, captação de cartões, entre outras.

3.16 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto da Companhia e a legislação societária prevêem que no mínimo 25% do lucro líquido anual ajustado sejam distribuídos como dividendos. Portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício social, no montante do dividendo mínimo obrigatório que ainda não tenha sido distribuído, caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações intermediárias. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo Adicional Proposto". Quando deliberados pela administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do período.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3.17 Operações com instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são mensurados ao seu valor justo na data em que os contratos são celebrados e subsequentemente na data de apresentação das demonstrações financeiras.

A Companhia se utiliza de derivativos com o objetivo de proteção da exposição cambial gerada por pedidos de importações. Tais operações são limitadas ao valor efetivo dos pedidos de importação ainda não pagos e constituem-se em operações de compra de opções "call" de dólar futuro. A Companhia classifica essas operações como "Hedge" de fluxo de caixa, considerando as seguintes premissas (i) os derivativos são altamente correlacionadas no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; (ii) há identificação documental da operação, do risco objeto de hedge, do processo de gerenciamento de risco e da metodologia utilizada na avaliação da efetividade; (iii) são considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido como "Ajustes de avaliação patrimonial" até a liquidação dos referidos instrumentos, realizada quando da eliminação do risco para o qual o derivativo foi contratado. Não foram identificadas operações não efetivas para "hedge de fluxo de caixa" em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

Quando da liquidação dos instrumentos financeiros, os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio são alocados na mensuração inicial do custo do estoque e levados ao custo das vendas à medida que estes ativos são realizados.

Notas Explicativas

3.18 Operações com arrendamento mercantil

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo regime de competência durante o período do arrendamento.

A Companhia possui alguns contratos de arrendamento de software classificados como financeiro. Esses são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, sendo amortizado conforme vida útil do bem. As obrigações assumidas nesse arrendamento são reconhecidas como passivo, acrescido de encargos financeiros considerando a taxa efetiva de juros.

3.19 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros (nota nº 3.8).

3.20 Políticas contábeis aplicáveis somente às demonstrações financeiras consolidadas – IFRS e BRGAAP

Controladas e princípios de consolidação

Controladas são todas as entidades controladas direta e indiretamente pela Companhia. Considera-se existir controle quando a Lojas Renner detém, direta e indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou poder de determinar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, a fim de obter benefícios de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

As operações entre as controladas da Companhia, incluindo os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, quando aplicáveis, foram eliminados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

As operações da Dromegon Participações Ltda. ("Dromegon") limitam-se ao aluguel de imóvel de sua propriedade à Companhia (nota explicativa n.º 22).

A Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. ("RACC") realiza operações de intermediação de concessão de empréstimos pessoais, emissão e administração do "Meu cartão" (pelas bandeiras Visa e Mastercard) e intermediação de venda de títulos de capitalização (nota explicativa n.º 22).

A Renner Empreendimentos Ltda. ("REMP") adquire participação em outras sociedades, seja exercendo o controle ou participando em caráter permanente (nota explicativa n.º 22) e é detentora de 100% das quotas da Maxmix Comercial Ltda. ("Camicado")

A Maxmix Comercial Ltda. ("Camicado") opera no comércio varejista não especializado de diversas linhas de mercadorias organizadas em departamentos, tais como: utilidades domésticas, artigos de cama, mesa e banho, móveis e artigos para decoração, roupas, eletrodomésticos, ferragens, cosméticos e perfumaria, artigos de esporte, equipamentos eletro-eletrônicos e de telefonia, brinquedos, artigos de armarinhos, papelaria e festas, dentre outros: o comércio varejista não especializado via Internet, telefone, catálogo e semelhante e a representação comercial por conta de terceiros de mercadorias e serviços em geral, tais como: assinaturas de revistas e periódicos, garantias estendidas de mercadorias, artigos e serviços para o lar.

Em 30 de setembro de 2011 as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as seguintes empresas controladas:

	% de participação direta e indireta no capital total
Dromegon	100,0%
RACC	100,0%
Renner Empreendimentos	100,0%
Maxmix Comercial Ltda.	100,0%

Notas Explicativas

Conforme estabelecido pela instrução CVM nº 408/04, a Companhia consolida as demonstrações financeiras do FIDC Lojas Renner, uma vez que este representa uma entidade de propósito específico, onde as atividades são conduzidas substancialmente em função das necessidades operacionais da Companhia, a qual está exposta à maioria dos riscos e benefícios relacionados ao fundo, através da titularidade de todas as quotas subordinadas.

No processo de consolidação do FIDC Lojas Renner foram feitas eliminações de ativos e passivos, ganhos e perdas das operações entre a Companhia e o Fundo.

3.21 Políticas contábeis aplicáveis somente às demonstrações financeiras individuais da Controladora – BRGAAP

Investimentos

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. As operações entre as controladas e a Controladora, incluindo os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, quando aplicáveis, foram eliminadas. As práticas contábeis adotadas pelas sociedades controladas são uniformes às adotadas pela Companhia.

3.22 Formato de apresentação das demonstrações de resultado

Nas demonstrações do resultado incluídas nas demonstrações financeiras anuais, a Companhia apresenta o lucro operacional antes da equivalência patrimonial, depreciações e amortizações, despesas com plano de opções em ações, resultado financeiro e resultado com baixa de ativos fixos. Esse formato de apresentação representa o conceito de LAJIDA (EBITDA) e tem como objetivo principal atender as necessidades dos acionistas e usuários dessas demonstrações financeiras.

Nas demonstrações do resultado incluídas nessas demonstrações financeiras interinas, a Companhia apresenta o resultado de acordo com formulário ITR da CVM. A apresentação do LAJIDA da Companhia nestas demonstrações financeiras interinas está sendo efetuada em conjunto com a nota explicativa n.º 30.

As despesas incluídas nas demonstrações de resultado destas demonstrações interinas estão apresentadas de acordo com sua função. A apresentação dessas despesas de acordo com sua natureza está divulgada na nota explicativa n.º 32.

4 Normas, alterações e interpretações de normas

(a) Interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor

Foram emitidas interpretações e alterações das normas existentes e serão obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2012, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Na avaliação da administração não são relevantes para as operações atuais da Companhia, exceto pelas normas listadas a seguir, cujos impactos estão sendo avaliados:

Tópico	Exigências-chave	Data da entrada em vigor
IFRS 9 "Instrumentos Financeiros"	O IFRS 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. A orientação incluída no IAS 39 sobre <i>impairment</i> dos ativos financeiros e contabilização de <i>hedge</i> continua a ser aplicada. Períodos anteriores não precisam ser reapresentados se uma entidade adotar a norma para os períodos iniciados ou a iniciar antes de 1º de janeiro de 2012.	1º de janeiro de 2013
IAS 17 Arrendamento mercantil"	Desenvolver uma única abordagem para o reconhecimento no balanço patrimonial todos os arrendamento mercantis	1º de janeiro de 2013

Notas Explicativas

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora - BRGAAP		Consolidado - IFRS e BRGAAP	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Moeda nacional:				
Caixa e bancos	19.871	36.524	21.205	37.283
CDB (a)	378.841	179.165	378.841	179.165
Operações compromissadas lastreadas em debêntures (b)	190.860	232.095	201.706	232.095
Fundo de renda fixa - FIDC (c)	-	-	-	207.024
Aplicações financeiras LFTN - FIDC (d)	-	-	43.478	28.094
Aplicações financeiras LFT Over - FIDC (e)	-	-	13.761	-
Aplicações FIDC curto prazo (f)	5.257	9.754	-	-
Fundo de investimento - BACEN Jude (g)	35	-	35	-
CDB (h)	-	-	67	-
Total	594.864	457.538	659.093	683.661

As disponibilidades da Companhia só podem ser aplicadas em instituições financeiras de primeira linha, ou seja, aquelas com nota de *rating* classificadas como Grau de Investimento. Em 30 de setembro de 2011 a Companhia mantinha suas aplicações com as seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil S/A, Banco Bradesco S/A, HSBC Bank Brasil S/A, Banco Santander (Brasil) Ltda, Caixa Econômica Federal e Banco Itaú BBA S/A.

As aplicações de liquidez imediata da Companhia, em sua maioria, possuem rendimentos atrelados à variação do CDI, com baixo risco de mudança de valor e podem ser resgatadas de acordo com as necessidades de recursos da Companhia. Essas aplicações financeiras referem-se a: (a) Certificados de Depósitos Bancários (CDB), cujo rendimento médio atrelado ao CDI foi de 101,3% (100,7% em 31/12/2010); (b) operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de um título com o compromisso por parte do vendedor (banco) de recomprá-lo, e do comprador de revendê-lo no futuro, cujo rendimento médio atrelado ao CDI foi de 100,6% na Controladora - BRGAAP e 75% no Consolidado - IFRS e BRGAAP (101,0% em 31/12/2010); (c) Fundo de renda fixa do FIDC disponível a qualquer momento para aquisições de recebíveis originados nas operações da controladora e apresenta um rendimento equivalente a 96% do CDI; (d) aplicações financeiras do FIDC Lojas Renner, lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro Nacional as quais estão disponíveis a qualquer momento para aquisições de recebíveis originados nas operações da controladora, e apresenta um rendimento equivalente à precificação e rentabilidade feita a partir da curva do papel, com base na Selic diária; (e) As aplicações financeiras compromissadas de um dia (OVER) do FIDC Lojas Renner, lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), as quais estão disponíveis a qualquer momento para aquisições de recebíveis originados nas operações da controladora, apresentando um rendimento diário equivalente à variação da taxa DI, onde a atualização do valor nominal unitário da LFT contemplará juros remuneratórios estabelecidos com base na taxa Selic; (f) saldo das aplicações da Controladora no FIDC Lojas Renner resgatáveis a qualquer momento, conforme regulamento do fundo (Nota explicativa no 7); (g) fundo de investimento criado para as retenções judiciais feitas pelo BACEN, quando necessárias, apresentaram rendimento anual médio de 61,59% do CDI sendo lastreadas 100% em Letras Financeiras do Tesouro, líquido da taxa de administração; e (h) Certificados de Depósitos Bancários (CDB), cujo rendimento médio atrelado ao CDI foi de 20%.

Notas Explicativas

6 Contas a receber de clientes

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Moeda nacional:		
Contas a receber de clientes (valores nominais)		
A vencer		
A vencer de 1 a 30 dias	158.460	137.453
A vencer de 31 a 60 dias	126.678	157.989
A vencer de 61 a 90 dias	88.511	125.624
A vencer de 91 a 120 dias	58.047	93.882
A vencer de 121 a 150 dias	33.894	72.671
A vencer de 151 a 180 dias	14.557	41.039
A vencer acima de 180 dias	12.741	40.186
Vencidos		
Vencidos de 1 a 30 dias	60.450	33.432
Vencidos de 31 a 60 dias	17.571	8.569
Vencidos de 61 a 90 dias	13.778	8.899
Vencidos de 91 a 180 dias	38.759	26.542
	<u>623.446</u>	<u>746.286</u>
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Administradoras de cartões de crédito		
A vencer de 1 a 30 dias	51.738	76.459
A vencer de 31 a 60 dias	29.386	43.633
A vencer acima de 60 dias	11.281	22.512
	<u>92.405</u>	<u>142.604</u>
Outras contas a receber	866	611
Comissões e operações a receber – Empréstimo pessoal	29.252	25.465
Menos:		
Ajuste a valor presente	(36.249)	(55.647)
Provisão para perdas em crédito – Varejo	(39.233)	(42.200)
Provisão para perdas em crédito – Empréstimo Pessoal	(17.792)	(14.885)
Contas a receber – FIDC Lojas Renner	(453.221)	(277.090)
Rendas a apropriar - títulos cedidos – FIDC Lojas Renner	(27.442)	(19.660)
Total Controladora – BRGAAP	<u>172.032</u>	<u>505.484</u>
Administradoras de cartões de débito		
A vencer até 1 dia	78	-
Administradoras de cartões de crédito		
A vencer de 1 a 30 dias	7.790	-
A vencer de 31 a 60 dias	4.400	-
A vencer acima de 60 dias	5.229	-
Comissões e operações a receber – Empréstimo pessoal	83.116	79.383
Outras contas a receber	19.139	1.538
Provisão para perdas em crédito – Cartão bandeira	(1.237)	(2)
Contas a receber – FIDC Lojas Renner	453.221	277.090
Total Consolidado – IFRS e BRGAAP	<u>743.768</u>	<u>863.493</u>

As contas a receber vencidas há mais de 180 dias são baixadas do saldo de contas a receber de clientes em contrapartida da provisão para perdas em crédito.

O contas a receber de clientes é ajustado ao seu valor presente pela taxa de juros efetiva na data da transação (nota explicativa nº 3.8), e reduzidas por provisão para redução ao valor de recuperação (nota explicativa nº 3.7).

A totalidade da carteira de créditos transferidos para FIDC Lojas Renner é mantida nos controles da Controladora e apresentados na avaliação da qualidade dos créditos apresentados na tabela acima, considerando a manutenção da gestão desses títulos por parte da Controladora (nota explicativa nº 7). No contexto do consolidado, os títulos mantidos na carteira do FIDC Lojas Renner são integralmente consolidados pela Companhia.

Notas Explicativas

7 Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Lojas Renner (FIDC Lojas Renner)

Em dezembro de 2010, foram iniciadas as operações do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER (FIDC Lojas Renner), cujo objeto definido em regulamento é o Investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução CMN nº 2.907/2001, pela Instrução CVM nº 356/01, pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com a finalidade específica de adquirir direitos creditórios originados do parcelamento de compras dos clientes da Companhia, por intermédio de crediário sem encargos, de titularidade da Companhia, ou de concessão de financiamentos com encargos, de titularidade do Itaú Unibanco. O FIDC Lojas Renner tem vida operacional definida, e o encerramento ocorrerá em 5 de dezembro de 2013.

A estrutura de patrimônio do FIDC Lojas Renner, em 30 de setembro de 2011, é subdividida em: 3,5 mil quotas "senior" de titularidade de terceiros, no montante de R\$ 353.118, representativas de 69,46% do patrimônio do FIDC Lojas Renner nessa data; e 1,5 mil quotas subordinadas de titularidade da Controladora, no montante de R\$ 155.257, representativas de 30,54% do patrimônio do FIDC Lojas Renner nessa data. O regulamento do FIDC Lojas Renner define que as quotas subordinadas devem representar no mínimo 30% do patrimônio líquido do fundo e não terão meta de remuneração definida.

A Controladora atua como agente de cobrança e agente de recebimento dos títulos, mantendo o gerenciamento contínuo da carteira após sua transferência para o FIDC Lojas Renner.

As operações de securitização de direitos creditórios realizadas pela Controladora para o FIDC (representados por vendas parceladas e financiamento de clientes inadimplentes) totalizam R\$ 453.221 em 30 de setembro de 2011 (R\$ 277.090 em 31/12/2010), líquidos de provisão para perdas.

O saldo dos custos incorridos pela Controladora para a emissão do FIDC Lojas Renner totaliza R\$ 7.147 em 30 de setembro de 2011 (R\$ 9.339 em 31 de dezembro de 2010), e será reconhecido no resultado (custo de serviços financeiros) ao longo do tempo de vigência do fundo, conforme a taxa interna de retorno (TIR) da captação do recurso. Nas demonstrações financeiras individuais, esse custo encontra-se apresentado no balanço patrimonial como despesas antecipadas e no consolidado apresentado como redutor dos financiamentos.

O balanço patrimonial do fundo está assim composto:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	57.241	235.130
Contas a receber	453.221	277.090
Total do Ativo	<u>510.462</u>	<u>512.220</u>
Passivo		
Contas a pagar	2.087	103
Patrimônio Líquido	508.375	512.117
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	<u>510.462</u>	<u>512.220</u>

Em 30 de setembro de 2011, a remuneração das quotas seniores está assim composta:

<u>Quotistas</u>	<u>Quantidade em milhares</u>	<u>Taxa CDI</u>	<u>Saldo a resgatar</u>
Seniores A	1,5	110,63%	151.336
Seniores B	0,8	110,63%	80.713
Seniores C	0,8	110,63%	80.713
Seniores D	0,4	110,63%	40.356
Total	<u>3,5</u>		<u>353.118</u>

A remuneração é calculada com base na taxa CDI adicionada a 1,2%, conforme disposto no Regulamento do Fundo.

Notas Explicativas

8 Estoques

	Controladora – BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Mercadorias para revenda	346.187	272.203	366.235	272.203
Ajuste a valor presente	(9.275)	(6.988)	(9.275)	(6.988)
Provisão para perdas	(9.301)	(14.723)	(9.610)	(14.723)
Mercadorias para revenda, líquido	327.611	250.492	347.350	250.492
Importações em andamento	43.621	23.342	43.621	23.342
Adiantamento a fornecedores	1.500	524	1.760	524
Materiais auxiliares e almoxarifado	1.973	1.592	2.229	1.592
Total	374.705	275.950	394.960	275.950

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos no ativo são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

A realização do valor contábil do ativo fiscal diferido é revisada anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão preliminar da Administração.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora - BRGAAP	
	30/09/2011	31/12/2010
Base para impostos diferidos:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	57.025	57.085
Ajuste a valor presente – líquido	35.974	54.301
Provisão para perdas em ativos	9.731	15.947
Provisão para riscos tributários	49.798	44.915
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	19.047	31.753
Ajuste avaliação patrimonial - hedge	(12.532)	3.954
Depreciação acelerada – Lei 11.196/05 Lei do Bem	(7.735)	-
Outros	4.494	13.978
Total	155.802	221.933
Imposto de renda (25%) e contribuição social (9%)	52.973	75.457
	Consolidado - IFRS e BRGAAP	
	30/09/2011	31/12/2010
Base para impostos diferidos:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	57.025	57.085
Ajuste a valor presente – líquido	35.974	54.301
Provisão para perdas em ativos	10.040	15.947
Provisão para riscos tributários	50.179	44.915
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	19.286	31.753
Ajuste avaliação patrimonial - hedge	(12.532)	3.954
Bases negativas e prejuízo fiscal (a)	12.089	-
Depreciação acelerada – Lei 11.196/05 Lei do Bem	(7.735)	-
Outros	4.494	13.978
Total	168.820	221.933
Imposto de renda (25%) e contribuição social (9%)	57.399	75.457

(a) crédito sobre bases negativas de prejuízos de períodos anteriores de empresa adquirida a partir de 4 de maio de 2011.

Notas Explicativas

Baseada no histórico de realizações dos ativos e passivos que deram origem ao saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos estimamos o seguinte cronograma de realização:

Período	Controladora	Consolidado
2011	10.221	11.295
2012	9.001	9.706
2013	9.001	9.706
2014	9.001	9.706
2015	9.001	9.706
2016	6.748	7.280
Total	52.973	57.399

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora – BRGAAP				Consolidado – IFRS e BRGAAP			
	3T11	9M11	3T10	9M10	3T11	9M11	3T10	9M10
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após participações estatutárias	77.194	295.923	85.925	276.582	78.297	295.998	86.738	278.922
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	(26.246)	(100.614)	(29.214)	(94.037)	(26.621)	(100.639)	(29.491)	(94.833)
Adições:								
Despesa com remunerações baseadas em ações	(1.447)	(4.942)	(1.517)	(4.392)	(1.447)	(4.942)	(1.517)	(4.392)
Outras despesas não dedutíveis	(439)	(1.323)	(656)	(687)	(779)	(1.712)	(656)	(687)
Exclusões:								
Resultado de participações societárias	604	3.263	1.939	5.722	-	-	-	-
Outras exclusões	485	1.455	-	-	485	1.455	-	-
Juros sobre capital próprio	6.588	19.302	-	-	6.588	19.302	-	-
Incentivo Fiscal Lei do Bem	(285)	3.595	-	-	(285)	3.595	-	-
Prejuízo fiscal empresa controlada – ref períodos anteriores	-	-	-	-	-	3.008	-	-
Diferenças de alíquotas de controladas	-	-	-	-	210	582	1.402	4.178
Incentivos fiscais (PAT)	236	1.150	515	1.653	236	1.150	515	1.653
Imposto calculado sobre a parcela isenta do adicional de 10%	6	18	6	18	12	30	6	18
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	(20.498)	(78.096)	(28.927)	(91.723)	(21.601)	(78.171)	(29.740)	(94.063)
Corrente	(17.009)	(61.217)	(28.680)	(92.021)	(18.702)	(65.719)	(29.493)	(94.361)
Diferido	(3.489)	(16.879)	(247)	298	(2.899)	(12.452)	(247)	298

Notas Explicativas

10 Investimentos

Os investimentos na Controladora – BRGAAP estão assim compostos:

Controladora – BRGAAP						
30/09/2011						
Quantidade de quotas (milhares)	Participação %	Patrimônio Líquido	Total do investimento	Lucro Líquido 3T11	Resultado de equivalência 3T11	
RACC	7	99,99%	18.558	18.555	2.182	2.182
Dromegon	7.205	99,99%	11.777	11.777	812	812
REMP	150.030	99,99%	150.387	150.387	(1.218)	(1.218)
Ágio alocado (a)				1.552		
Outros Investimentos				63		
			182.334	1.776	1.776	

Controladora – BRGAAP						
31/12/2010			30/09/2010			
Quantidade de quotas (milhares)	Participação %	Patrimônio Líquido	Total do Investimento	Lucro Líquido 3T10	Resultado de equivalência 3T10	
RACC	7	99,99%	11.588	11.587	4.959	4.958
Dromegon	7.205	99,99%	9.505	9.504	742	742
Ágio alocado (a)				1.589		
Outros Investimentos				63		
			22.743	5.701	5.700	

(a) O ágio sobre investimentos em 30 de setembro de 2011, no montante de R\$ 1.552 (R\$ 1.589 em 31 de dezembro de 2010), classificado como investimentos na controladora – BRGAAP e como imobilizado no consolidado – IFRS e BRGAAP, refere-se à diferença entre o valor justo à época de aquisição da participação da Dromegon e o valor contábil de bem registrado no imobilizado desta controlada. Referido ágio está sendo amortizado na proporção em que o ativo de origem é realizado.

A movimentação na conta de investimentos da Controladora – BRGAAP, no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 foram as seguintes:

	30/09/2011
Em 1o de janeiro de 2011	22.743
Renner Empreendimentos – aquisição da Maxmix Comercial Ltda	150.030
Resultado de participação societária	9.597
Amortização de ágio alocado aos ativos das adquiridas	(36)
Em 30 de setembro de 2011	182.334

Notas Explicativas

11 Imobilizado e intangível

Síntese da movimentação do ativo imobilizado da controladora (BRGAAP) e do consolidado (IFRS e BRGAAP) no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2011:

a) Imobilizado

Controladora – BRGAAP

	Terrenos	Prédios	Móveis, equip., Instalações, benfeitorias	Veículos	Computadores e Periféricos	Imobilizado em andamento	Total
Custo							
Saldo em 31/12/10	287	4.651	625.528	1.085	64.339	16.057	711.947
Adições	-	172	76.260	243	10.657	22.981	110.313
Transferências	-	(51)	30.086	-	497	(30.525)	7
Baixas	-	-	(609)	(113)	(858)	(60)	(1.640)
Saldo em 30/09/11	287	4.772	731.265	1.215	74.635	8.453	820.627
Depreciação							
Saldo em 31/12/10	-	(2.395)	(262.235)	(568)	(39.751)	-	(304.949)
Adições	-	(61)	(45.090)	(139)	(7.027)	-	(52.317)
Transferências	-	27	(32)	-	-	-	(5)
Baixas	-	-	363	96	827	-	1.286
Saldo em 30/09/11	-	(2.429)	(306.994)	(611)	(45.951)	-	(355.985)
Saldo líquido							
Saldo em 31/12/10	287	2.256	363.293	517	24.588	16.057	406.998
Saldo em 30/09/11	287	2.343	424.271	604	28.684	8.453	464.642

Notas Explicativas

Consolidado – IFRS

	Terrenos	Prédios	Móveis, equip., Instalações, benfeitorias	Veículos	Computadores e Periféricos	Imobilizado em andamento	Total
Custo							
Saldo em 31/12/10	287	14.882	625.528	1.085	64.339	16.057	722.178
Adições	-	172	76.591	671	12.657	23.354	113.445
Transferências	-	(51)	30.448	-	497	(30.887)	7
Baixas	-	-	(609)	(113)	(858)	(60)	(1.640)
Saldo em 30/09/11	287	15.003	731.958	1.643	76.635	8.464	833.990
Depreciação							
Saldo em 31/12/10	-	(7.021)	(262.235)	(568)	(39.751)	-	(309.575)
Adições	-	(192)	(42.542)	(298)	(8.724)	-	(51.756)
Transferências	-	27	(32)	-	-	-	(5)
Baixas	-	-	363	96	827	-	1.286
Saldo em 30/09/11	-	(7.186)	(304.446)	(770)	(47.648)	-	(360.050)
Saldo líquido							
Saldo em 31/12/10	287	7.861	363.293	517	24.588	16.057	412.603
Saldo em 30/09/11	287	7.817	427.512	873	28.987	8.464	473.940

A tabela abaixo apresenta as taxas médias de depreciação do imobilizado:

	Taxa média depreciação (a.a. %)
Terrenos	-
Prédios	3
Móveis, instalações e benfeitorias	10
Veículos	20
Computadores e periféricos	20

Notas Explicativas

b) Intangível

Controladora – BRGAAP

	Sistemas de Informática	Direito de utilização de imóveis	Marcas e Patentes	Total
Custo				
Saldo em 31/12/10	119.148	37.199	124	156.471
Adições	25.078	6.360	104	31.542
Transferências	(2)	-	-	(2)
Baixas	-	(135)	-	(135)
Saldo em 30/09/11	144.224	43.424	228	187.876
Amortização				
Saldo em 31/12/10	(61.914)	(27.546)	(34)	(89.494)
Adições	(13.951)	(1.169)	(18)	(15.138)
Saldo em 30/09/11	(75.865)	(28.715)	(52)	(104.632)
Saldo líquido				
Saldo em 31/12/10	57.234	9.653	90	66.977
Saldo em 30/09/11	68.359	14.709	176	83.244
Consolidado – IFRS				

	Sistemas de Informática	Direito de utilização de imóveis	Marcas e Patentes	Ágio aquisição Maxmix - Camicado	Total
Custo					
Saldo em 31/12/10	119.148	37.199	124	-	156.471
Adições	30.742	6.360	116	159.884	197.102
Transferências	(2)	-	-	-	(2)
Baixas	-	(135)	-	-	(135)
Saldo em 30/09/11	149.888	43.424	240	159.884	353.436
Amortização					
Saldo em 31/12/10	(61.914)	(27.546)	(34)	-	(89.494)
Adições	(15.323)	(1.169)	(18)	-	(16.510)
Saldo em 30/09/11	(77.237)	(28.715)	(52)	-	(106.004)
Saldo líquido					
Saldo em 31/12/10	57.234	9.653	90	-	66.977
Saldo em 30/09/11	72.651	14.709	188	159.884	247.432

A tabela abaixo apresenta as taxas médias de amortização do intangível:

	Taxa media amortização (a.a. %)
Sistemas de informática	20
Direito de utilização de imóveis	10
Marcas e patentes	10

Notas Explicativas

12 Empréstimos e financiamentos

Passivo circulante

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Empréstimos e financiamentos				
Moeda nacional:				
Financiamento Banco do Nordeste (a)	12.138	12.138	12.138	12.138
Encargos Financiamento Banco do Nordeste	105	142	105	142
Empréstimo - capital de giro (b1)	-	-	6.444	-
Empréstimo - capital de giro – conta garantia (b2)	-	-	2.510	-
CDC (c)	-	-	70	-
Encargos Financiamento debêntures - série 1 – (d)	5.884	-	5.884	-
Encargos Financiamento debêntures - série 2 – (d)	2.003	-	2.003	-
Total	20.130	12.280	29.154	12.280

Passivo não circulante

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Empréstimos e financiamentos				
Moeda nacional:				
Financiamento Banco do Nordeste (a)	27.311	36.415	27.311	36.415
Debêntures - série 1 – (d)	215.100	-	215.100	-
Debêntures - série 2 – (d)	84.900	-	84.900	-
Saldo a amortizar custos de estruturação debêntures	(2.045)	-	(2.045)	-
Total	325.266	36.415	325.266	36.415

(a) A Companhia firmou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste através do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) em 20 de dezembro de 2007 para financiar a expansão de seu parque de lojas naquela região, no montante de R\$ 64.816 a serem liberados em 4 parcelas, garantidos por carta fiança. Até 30 de setembro de 2011, foram liberadas as três primeiras parcelas no valor total de R\$ 57.647, de cujo montante já foram efetuados pagamentos de principal a partir de 2010. Os encargos estão atualmente em 10% a.a. podendo ser alterados por decreto federal. Em caso de adimplência no pagamento dos encargos, a Companhia receberá bônus de 15% sobre o valor dos encargos em cada parcela. Os encargos são pagos trimestralmente durante a carência de 24 meses (dezembro de 2007 a dezembro de 2009). De janeiro de 2010 a dezembro de 2014 está ocorrendo a amortização mensal do principal, acrescido dos encargos. Abaixo, cronograma de pagamentos do principal e encargos do referido financiamento a partir de 30 de setembro de 2011:

Ano de vencimento	Principal	Juros
2011	3.035	930
2012	12.138	3.534
2013	12.138	2.172
2014	12.138	763
Total	39.449	7.399

(b.1) A Companhia, por intermédio de sua subsidiária Maxmix Comercial Ltda., captou empréstimos de capital de giro junto ao banco Itaú BBA com encargo médio pré fixado de 14,38% ao ano; (b.2) A Maxmix Comercial Ltda captou outro empréstimo de capital de giro conta garantia junto ao Banco Santander (Brasil) com encargo proporcional à 111% do CDI.

(c) A Companhia, através de sua subsidiária Maxmix Comercial Ltda., captou um financiamento de Cédula de Crédito Consumidor (CDC) junto ao Banco Bradesco S.A. para a aquisição de bens, com encargo de 16,77% ao ano.

(d) Conforme deliberado pelo Conselho de Administração, em 13 de junho de 2011, a Companhia, sob a coordenação do Banco Santander (Brasil) S.A., nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 400 de 29 de dezembro de 2003, emitiu 30.000 (trinta mil) debêntures nominativas, escriturais não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da quarta emissão da Companhia, com valor unitário de R\$ 10 na data da emissão (15 de julho de 2011), perfazendo o montante total de R\$ 300.000. Os recursos oriundos dessa operação serão destinados para otimização da estrutura de capital da Companhia, manutenção de um nível adequado de caixa, financiamento de sua estratégia de expansão orgânica.

Notas Explicativas

A emissão foi feita em duas séries, cujas características são:

	Debêntures	
	Série 1	Série 2
Montante	R\$ 215,1 milhões	R\$ 84,9 milhões
Prazo final	5 anos	6 anos
Taxa inicial <i>bookbuilding</i>	CDI + 1,35% a.a.	IPCA + 8,15% a.a.
Taxa final <i>bookbuilding</i>	CDI + 1,10% a.a.	IPCA + 7,80% a.a.
Amortizações	Principal: o final do 4º e 5º anos e juros: semestralmente	Principal: o final do 4º, 5º e 6º anos e juros: anualmente

13 Financiamentos – operações serviços financeiros

Em 30 de setembro de 2011 a Companhia mantinha financiamentos de serviços financeiros com as seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Itaú BBA S.A..

Passivo circulante

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Financiamentos				
Moeda nacional:				
Financiamentos – Vendas Financiadas (a)	4.673	98.715	4.844	98.735
Financiamentos – Empréstimo pessoal (b)	-	-	80.747	76.644
Financiamento Clientes inadimplentes conta garantida (c)	-	69.624	3.909	69.709
Financiamento Clientes inadimplentes Vendor (d)	113.128	19.695	113.128	19.695
Quotas Seniors – FIDC Lojas Renner (e)	-	-	3.118	2.363
Total	117.801	188.034	205.746	267.146

(a) As operações de vendas financiadas referem-se aos montantes financiados aos clientes da Companhia por Instituições Financeiras em compras realizadas na condição de pagamento entre sete e oito prestações mensais, com encargos de 6,90% a.m. (6,90% a.m. em 31/12/2010), sobre as quais a Companhia possui coobrigação de pagamento.

(b) Os valores de "Financiamentos – Empréstimo pessoal" correspondem aos montantes dos contratos de empréstimo pessoal, concedidos aos clientes por banco conveniado e intermediados pela subsidiária RACC, dos quais a Companhia é garantidora.

(c) Os valores de "Financiamento Clientes inadimplentes conta garantida" estão sujeitos a encargos líquidos médios de 12,88% a.a. (12,60% a.a. em 31/12/2010), com prazo final de até 180 dias e são utilizados para o financiamento da carteira em atraso do "Meu cartão". A RACC, subsidiária da Lojas Renner, emite Nota Promissória em nome dos titulares do Cartão de Crédito Renner, na qual a Lojas Renner assume na condição de avalista e responsável pela liquidação dos débitos.

(d) A partir de dezembro de 2010, a Companhia passou a disponibilizar aos clientes, através do Convênio para Concessão de Financiamentos – Vendor Eletrônico com o Itaú Unibanco, linha de crédito destinada ao financiamento dos clientes inadimplentes, com encargos de 14,7% a.m. (14,7% em 31/12/2010). A Companhia presta garantia ao Itaú Unibanco de referidas operações, assumindo como fiadora e principal pagadora das obrigações assumidas pelos clientes.

(e) Representa a atualização da subscrição das quotas sênior do FIDC Lojas Renner, cujo resgate se dá em até 90 dias.

As operações de financiamentos de recebíveis do passivo circulante possuem prazos de vencimento de curto prazo, em linha com os prazos de realização dos valores registrados no contas a receber.

Passivo não circulante

	Controladora – BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Financiamentos				
Moeda nacional:				
Quotas Sênior – FIDC Lojas Renner (a)	-	-	350.000	350.000
Saldo a amortizar custos de estruturação FIDC Lojas Renner (b)	-	-	(7.147)	(9.339)
Total	-	-	342.853	340.661

Notas Explicativas

- (a) Representa o saldo das quotas sênior emitidas pelo FIDC Lojas Renner (nota explicativa nº 7), objeto de distribuição pública nos termos da instrução CVM nº 400/03, com prioridade de amortização e resgate em relação às quotas subordinadas. Este montante será liquidado por ocasião do encerramento do FIDC Lojas Renner em dezembro de 2013.
- (b) Refere-se ao saldo dos custos incorridos na estruturação do FIDC Lojas Renner, que serão reconhecidos no resultado (custo de serviços financeiros) ao longo do tempo de vigência do fundo, conforme taxa interna de retorno (TIR) da captação do recurso.

Abaixo, cronograma de pagamentos do principal e encargos dos recursos captados de quotistas senior do FIDC Lojas Renner:

Ano de vencimento	Principal	Juros
2011	-	11.318
2012	-	43.675
2013	350.000	40.472
Total	350.000	95.465

14 Fornecedores

Os fornecedores estão assim compostos:

	Controladora – BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Moeda nacional:				
Fornecedores comerciais	232.657	245.178	256.011	245.178
Ajuste a valor presente	(2.615)	(2.317)	(2.615)	(2.317)
Fornecedores uso e consumo	48.068	74.217	51.115	75.424
Total	278.110	317.078	304.511	318.285

Em 30 de setembro de 2011, o montante de pagamentos antecipados a fornecedores cujo vencimento original era posterior a 30 de setembro de 2011 totalizava R\$ 119.773 (R\$ 169.320 em 31 de dezembro de 2010). Os descontos obtidos com estas antecipações são registrados como redução do custo das vendas, uma vez que estão diretamente relacionados com o contrato de fornecimento de mercadorias.

15 Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e contingências passivas e ativas

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis. Foram efetuados depósitos judiciais para dar continuidade à discussão sobre processos de natureza tributária, os quais totalizam, em 30 de setembro de 2011, R\$ 25.847 na controladora – BRGAAP e R\$ 26.276 no consolidado - IFRS e BRGAAP (R\$ 29.777 e R\$ 29.784 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente). Os saldos de depósitos ajuizados cujos processos possuem provisão para riscos tributários, no montante de R\$ 20.194 em 30 de setembro de 2011 (R\$ 20.647 em 31 de dezembro de 2010), estão sendo apresentados deduzindo o valor do passivo correspondente. Os demais saldos de depósitos judiciais, no montante de R\$ 6.031 na controladora – BRGAAP e R\$ 6.460 no consolidado - IFRS e BRGAAP (R\$ 9.508 e R\$ 9.515 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente), estão apresentados no ativo não circulante, sendo R\$ 5.653 na controladora – BRGAAP e R\$ 6.082 no consolidado – IFRS e BRGAAP (R\$ 9.130 e R\$ 9.137 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente) de natureza tributária e R\$ 378 (R\$ 378 em 31 de dezembro de 2010) de natureza cível.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, nas experiências anteriores referentes aos valores reivindicados e efetivamente liquidados, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso, como segue:

Controladora - BRGAAP	Saldos em					Saldos em
	31/12/2010	Adições	Baixas	Reversões	Encargos	
Cíveis	11.943	1.113	-	-	-	13.056
Trabalhistas	5.638	783	-	(430)	-	5.991
Total passivo circulante – Controladora	17.581	1.896	-	(430)	-	19.047

Notas Explicativas

Consolidado – IFRS e BRGAAP	Saldos em					Saldos em
	31/12/2010	Adições	Baixas	Reversões	Encargos	
Cíveis	11.943	1.149	-	-	-	13.092
Trabalhistas	5.638	896	-	(430)	-	6.104
Total passivo circulante – Consolidado	17.581	2.045	-	(430)	-	19.196

Controladora - BRGAAP	Saldos em					Saldos em
	31/12/2010	Adições	Baixas	Reversões	Encargos	
ICMS (a)	33.556	3.605	-	(7.005)	2.309	32.465
Imposto de renda e contribuição social (b)	3.616	-	-	-	271	3.887
Outros impostos e contribuições (c)	12.574	5.245	-	(705)	1.434	18.548
Cíveis (d)	14.173	397	(14.570)	-	-	-
(-) Depósitos judiciais relacionados	(20.647)	-	453	-	-	(20.194)
Total passivo não circulante	43.272	9.247	(14.117)	(7.710)	4.014	34.706

Consolidado – IFRS e BRGAAP	Saldos em					Saldos em
	31/12/2010	Adições	Baixas	Reversões	Encargos	
ICMS (a)	33.556	3.605	-	(7.005)	2.309	32.465
Imposto de renda e contribuição social (b)	3.616	-	-	-	271	3.887
Outros impostos e contribuições (c)	12.716	5.758	-	(705)	1.434	19.203
Cíveis (d)	14.173	397	(14.570)	-	-	-
(-) Depósitos judiciais relacionados	(20.647)	-	453	-	-	(20.194)
Total passivo não circulante	43.414	9.760	(14.117)	(7.710)	4.014	35.361

a) Referem-se, principalmente, ao questionamento da aplicação da Lei Complementar 102/2000 no que tange o crédito do ICMS no consumo de energia, telecomunicações e aquisições de ativo imobilizado. Também estão incluídos neste montante questionamento realizado por autoridade fiscal, por meio de auto de lançamento, de crédito de ICMS nas devoluções de mercadorias dos clientes, do crédito de ICMS de compras de fornecedores com inscrição estadual baixada, como também de crédito de ICMS de aquisições de imobilizado utilizados para reformas e outros itens classificados pelo fisco como não essenciais à atividade;

b) Referem-se a discussões relacionadas à glosa de ajustes no lucro tributável, decorrentes de correção monetária de balanço, compensações de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, diferenças apontadas pela autoridade fiscal por ter atribuído a Lojas Renner, tributada pelo lucro real, resultados gerados na controlada RACC tributada pelo lucro presumido, entre outros;

c) São diversos processos, abrangendo matérias como contribuições previdenciárias, fundo de garantia, aplicação de multa de ofício em pagamento espontâneo de débitos, obrigações acessórias, majoração nos encargos de seguro de acidente de trabalho, entre outros, cujas perdas estão estimadas por nossos consultores jurídicos, de acordo com os mesmos critérios utilizados para os demais itens, destacados nesta nota;

d) Estão reconhecidas nesta linha, provisões para processos de natureza cível, cuja probabilidade de desfecho é considerada de perda provável por nossos assessores jurídicos. Em 3 de março de 2011, foram pagos R\$ 14.712, quitando processo para cujo risco a Companhia mantinha provisão de perda.

Em 30 de setembro de 2011, o montante estimado para processos judiciais e procedimentos administrativos representativos de contingências passivas relacionadas a questões tributárias cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível, era de R\$ 125.984 na controladora – BRGAAP e R\$ 126.225 no consolidado - IFRS e BRGAAP (R\$ 111.201 e R\$ 111.208 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente). Do saldo da provisão para riscos tributários consignado nas demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2011, R\$ 32.585 na controladora – BRGAAP e R\$ 32.617 no consolidado - IFRS e BRGAAP (R\$ 24.000 e R\$ 24.001 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente) referem-se à estimativa de perda para estes processos. Para os processos classificados como perda possível, a Companhia provisiona valores estimados de custas processuais sobre a contingência. Embora a Administração entenda que a probabilidade de desembolso com estes processos individualmente seja pequena, pode ser provável que no conjunto dos processos desta mesma natureza ocorra a necessidade de desembolso nos montantes registrados.

A Companhia discute judicialmente em processo movido pelo Banco Renner, a associação da marca "Renner" na exploração de serviços financeiros, exceto aqueles relacionados ao Cartão de Crédito "Renner", serviços de suporte a ele relacionados e seguro. O processo encontra-se em disputa judicial e é avaliado como de perda provável por nossos assessores jurídicos, sem contingência financeira determinada nos autos.

Notas Explicativas

16 Outras obrigações

As outras obrigações do passivo circulante e não circulante estão assim compostas:

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Moeda nacional:				
Adiantamentos de Instituições Financeiras (a)	1.890	2.248	14.171	5.592
Obrigações com clientes (b)	11.491	12.914	17.137	12.916
Obrigações relacionadas às operações com seguros e títulos de capitalização (c)	6.856	6.980	7.118	7.345
Obrigações aos ex-controladores Maxmix Comercial Ltda	-	-	140	-
Outras obrigações	6.931	12.410	6.923	12.410
Total de outras obrigações – passivo circulante	27.168	34.552	45.489	38.263
	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Moeda nacional:				
Adiantamentos de Instituições Financeiras (a)	4.900	-	8.478	4.749
Obrigações relacionadas às operações com seguros (c)	3.808	2.929	3.808	2.929
Obrigações aos ex-controladores Maxmix Comercial Ltda	-	-	15.000	-
Total de outras obrigações – passivo não circulante	8.708	2.929	27.286	7.678

(a) referem-se basicamente às antecipações de receitas com a intermediação de serviços financeiros, relacionados às operações de vendas financiadas e cartão bandeira; (b) referem-se aos saldos a favor dos clientes, cujos créditos poderão ser utilizados como pagamento em compras na Companhia e mercadorias compradas em listas de noivas, mas ainda não entregues; (c) adiantamentos relacionados às operações de seguros referente contrato de exclusividade, prêmios de seguro pagos pelos clientes para repasse para a empresa seguradora e aos títulos de capitalização.

17 Impostos e contribuições a recolher de longo prazo

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
PAES	965	1.881	965	1.881
ICMS a recolher – Pró-Emprego	30.500	32.398	30.500	32.398
AVP - ICMS a recolher - Pró-Emprego	(5.276)	(5.315)	(5.276)	(5.315)
Outros	-	-	923	-
Total	26.189	28.964	27.112	28.964

Em 30 de maio de 2003, foi editada a Lei 10.684 que trata, entre outros pontos, do Parcelamento Especial – PAES, destinado a promover o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social, constituídos ou não, inscritos ou não como Dívida Ativa, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento. A Companhia optou por incluir no referido parcelamento, em 31 de julho de 2003, alguns débitos cujas matérias eram objeto de discussão judicial. O montante está sendo pago em parcelas mensais atualizadas com base na TJLP, cujo vencimento final é no ano de 2013.

A Companhia obteve enquadramento no Programa Pró-Emprego, do Estado de Santa Catarina, em contrapartida a investimentos realizados no seu centro de distribuição localizado no município de Palhoça. Os valores de ICMS a recolher apurados naquele estabelecimento serão pagos num prazo de 24 meses a contar da data de ocorrência do fato gerador, nas apurações mensais efetuadas a partir de junho de 2007, conforme deferido em ato da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Santa Catarina. Para a manutenção do enquadramento no Programa Pró-Emprego, a Companhia contribui, sobre os benefícios assegurados no referido programa, com 2,5% e 2% respectivamente, para o Fundo Pró-Emprego e para o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior.

Notas Explicativas

18 Capital social e reservas

18.1 Capital social

O limite do capital autorizado da Companhia é de 225.000.000 (duzentos e vinte e cinco milhões) de ações ordinárias, todas sem valor nominal. Dentro dos limites autorizados no estatuto, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

O capital social integralizado da Companhia, em 30 de setembro de 2011, é de R\$ 414.126 (R\$ 408.734 em 31 de dezembro de 2010), representado por 122.551.315 (cento e vinte dois milhões, quinhentos e cinquenta e um mil e trezentos e quinze) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. De acordo com o art. 43 do Estatuto Social da Companhia, qualquer acionista que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 20% do total de ações emitidas deverá, no prazo máximo de 60 dias a contar da data de aquisição, realizar uma Oferta Pública (OPA) para aquisição da totalidade das ações, observando disposições da regulamentação da CVM, dos regulamentos da BOVESPA e do Estatuto Social da Companhia, em condições tais que protejam os interesses dos demais acionistas. Em 30 de setembro de 2011, nenhum acionista detém, individualmente, participação acionária igual ou superior a 20%.

A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral, bem como o direito a participar da destinação dos lucros, na forma de dividendos, propostos em conformidade com o Estatuto Social da Companhia e de acordo com os artigos 190 e 202 da Lei 6.404/76, que estabelecem um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado.

18.2 Reservas de capital

a) Reservas de ágio

Referem-se ao ágio originado de incorporação reversa da JC Penney Brasil Investimentos Ltda. (R\$ 106.660) e da empresa JC Penney Brasil Comercial Ltda. (R\$ 11.505), ocorrido em 3 de dezembro de 1999 e 25 de maio de 2005, respectivamente.

b) Reserva de plano de opções de compra de ações

Referem-se à contrapartida das despesas do plano de opção de compra de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 25. A destinação das reservas de capital depende de deliberação em Assembléia Geral Extraordinária de acionistas (AGE).

18.3 Reservas de lucros

a) Reserva para investimento e expansão

Esta reserva é constituída conforme destinação deliberada pelos órgãos da administração, para fazer frente aos investimentos do plano de expansão da Companhia, conforme previsto no art. 35, item (c) do estatuto social da Companhia.

b) Reserva legal

Esta reserva é constituída conforme determina a legislação societária.

c) Dividendo adicional proposto

Refere-se aos dividendos propostos em excesso ao mínimo obrigatório, cuja destinação é realizada por aprovação pela Assembléia Geral Ordinária (AGO).

19 Ajuste de avaliação patrimonial

São apresentados como ajuste de avaliação patrimonial os resultados não realizados com os instrumentos financeiros derivativos (notas explicativas nº 3.17 e 21). O montante dos ajustes registrados representa um ganho, líquido de impostos, no montante de R\$ 8.271 (R\$ 2.610 de perda líquida de impostos em 31/12/2010) e serão revertidos quando da liquidação dos referidos instrumentos financeiros, com os efeitos no resultado segundo o regime de competência.

20 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

Notas Explicativas

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas pelas opções de compra de ações, sendo determinado a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	Controladora (BRGAAP) e Consolidado (IFRS e BRGAAP)			
	3T11	9M11	3T10	9M10
Básico				
Numerador básico				
Lucro líquido alocado para ações ordinárias	56.696	217.827	56.998	184.859
Denominador básico				
Média ponderada de ações ordinárias	122.544	121.826	121.974	121.915
LUCRO POR AÇÃO – BÁSICO	0,4627	1,7880	0,4673	1,5163
Diluído				
Numerador diluído				
Lucro líquido alocado para ações ordinárias	56.696	217.827	56.998	184.859
Denominador diluído				
Média ponderada de ações ordinárias	122.544	121.826	121.974	121.915
Mais:				
Potencial incremento nas ações ordinárias em função do plano de opções de ações	2.566	2.452	2.520	2.035
Total	125.110	124.278	124.494	123.950
LUCRO POR AÇÃO – DILUÍDO	0,4532	1,7527	0,4578	1,4914

21 Instrumentos financeiros e gestão de capital

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderiam ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de metodologias de mercado pode produzir efeitos diferentes nos valores de realização estimados.

21.1 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros ativos operados pela Companhia incluem, (i) recebíveis, composto por contas a receber de clientes pela venda de mercadorias e equivalentes de caixa; e (ii) derivativos usados para hedge.

Os instrumentos financeiros passivos operados pela Companhia incluem, (i) Fornecedores; e (ii) Empréstimos e financiamentos.

21.2 Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

Caixa e equivalentes de caixas

As taxas de juros que remuneram os equivalentes de caixa da Companhia, no encerramento do exercício se aproximam das taxas de mercado para operações de natureza, prazo e risco semelhantes, de forma que, os saldos contábeis dos equivalentes de caixa são similares aos de mercado.

Empréstimos e financiamentos

As taxas de juros dos empréstimos contratados, no encerramento do período, se aproximam das taxas de mercado para instrumentos de natureza, prazos e riscos semelhantes e, portanto, o valor contábil dos empréstimos são similares aos de mercado.

Derivativos

O critério de determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é baseado na utilização das curvas de mercado de cada derivativo na data da apuração.

Notas Explicativas

21.3 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a alguns riscos financeiros, tais como: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco limitado ao valor do prêmio pago do derivativo que visa proteger a exposição de variação de preços da moeda.

A gestão de risco é realizada pela área de finanças corporativas da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

(a) Riscos de mercado

Risco cambial

O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, geradas principalmente pela importação de mercadorias denominadas em dólar norte americano. A política de gestão de risco cambial definida pela administração da Companhia é a de proteger até 100% do custo FOB de suas importações, via operações de hedge, compostas por contratos de opções de compra de dólar norte americano (nota explicativa nº 3.17). O hedge é utilizado somente como um instrumento de proteção de valor da Companhia, e nunca como um instrumento especulativo, podendo ser realizado em operações expostas à moeda estrangeira que tenham impacto financeiro na empresa.

Uma vez definido o planejamento de compras, é tomado por base o nível de preço de moeda que viabiliza a comercialização das mercadorias no mercado local, dentro dos padrões de margem de lucro esperados e dos prazos de entrega prováveis e, a partir daí se define o preço de exercício e vencimentos que nortearão a contratação das opções de compra de dólar norte americano.

Ao limitar-se ou reduzir-se os riscos cambiais incorridos na execução das operações da Companhia, através da contratação de instrumentos derivativos, busca-se garantir rentabilidade mínima nas transações que envolvam ativos ou passivos precificados em moeda estrangeira, como na lucratividade oriunda da comercialização de produtos importados ou na limitação de custos em operações de dívida em moeda estrangeira.

Risco de taxa de juros

Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A política da Companhia é a de manter 100% de seus empréstimos alocados no mercado de renda fixa com pagamento de taxa de juros fixa, atrelados ao CDI e como parte do custo a variação de índices de inflação. Visando minimizar riscos, a Companhia tem como prática a manutenção de hedge natural composto por ativos financeiros indexados ao CDI e recebíveis corrigidos a taxas de juros fixa.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e hedge natural. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Permanentemente é efetuado acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Considerando a manutenção de posições de equivalentes de caixa indexados ao CDI e em patamares superiores às captações de dívida, também atreladas ao CDI, parte em taxas de juros fixas e parte indexados a índices de inflação, posições de financiamentos de clientes em montantes equivalentes às linhas de crédito tomadas para financiamento destas operações e indexadas pelas mesmas taxas, levando em conta ainda a estrutura de financiamento das operações, predominantemente de capital próprio, a administração entende que seus resultados possuem baixa sensibilidade a variações nas taxas de juros praticadas no mercado.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito aos seus clientes.

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração da Companhia por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco). A Companhia registrou provisão para perdas em crédito no montante de R\$ 57.025 em 30 de setembro de 2011 (R\$ 57.085 e 31 de dezembro de 2010), para cobrir os riscos de crédito. O agendamento (*aging*) de recebimentos e a provisão de perdas com crédito reconhecidas pela Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 6. Os ativos representados por equivalentes de caixa, depósitos em bancos e derivativos, tem como contraparte, instituições financeiras de reconhecida solidez e/ou são lastreados em títulos garantidos por estas instituições.

Notas Explicativas

(c) Risco de liquidez

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Os limites globais concedidos a Companhia tem espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis (notas explicativas nº 12 e 13), não gerando risco de quebra desses limites ou cláusulas dos empréstimos. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa nº 5) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 30 de setembro de 2011, os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados para administrar o risco de liquidez.

O passivo financeiro mantido pela Companhia em 30 de setembro de 2011 é representado basicamente pelos empréstimos e financiamentos, cuja expectativa de fluxos de caixa futuros encontra-se apresentada nas notas explicativas nº 12 e 13.

21.4 Instrumentos financeiros derivativos

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A contratação de instrumentos derivativos é utilizada conforme definido em política interna, aprovada pela diretoria, somente para proteção de ativos e passivos da Companhia, cujo valor esteja exposto a riscos de variação de preços da moeda.

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia tem contratada a compra de 86.791 mil opções de compra de dólar norte americano, com as seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil S/A, Banco Bradesco S/A e Banco Itaú BBA S/A. Cada opção de compra de dólar norte americano assegura o direito à Companhia de adquirir a referida moeda a um preço estabelecido para o vencimento (preço de exercício). Em 30 de setembro de 2011, o preço de exercício médio das opções de compra de dólar adquiridas era de R\$ 1,7929 para cada dólar.

A avaliação do valor justo dos derivativos é estabelecida com base no mercado ativo (nível 1). Em 30 de setembro de 2011, o valor justo dos derivativos apresentados pela Companhia monta em R\$ 16.020, e foi alocado nos estoques, como importações em andamento. Esse montante representa o risco máximo do instrumento contratado, já que a opção de compra de dólar assegura um direito e não impõe obrigações ao contratante.

A tabela a seguir sumaria as informações referentes às opções de compra de dólar norte americano em aberto em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

<u>Período</u>	<u>Operação</u>	<u>Valor pago pelas opções em aberto</u>	<u>Valor justo das opções – perda não realizada</u>	<u>Vencimentos</u>
30/09/2011	Opção de compra de dólar	3.488	16.020	De 31/10/11 a 31/07/12
31/12/2010	Opção de compra de dólar	4.604	650	De 31/01/11 a 29/07/11

A tabela a seguir sumaria os resultados dos derivativos diferidos no patrimônio líquido, considerando a aplicação do conceito de hedge de fluxo de caixa:

<u>Período</u>	<u>Ganho / (perda) diferidas - bruta</u>	<u>IR/CSLL (34%)</u>	<u>Ganho / (perda) diferidas - líquida</u>
30/09/2011	12.532	(4.261)	8.271
31/12/2010	(3.954)	1.344	(2.610)

Considerando que o instrumento contratado tem a finalidade de proteger a Companhia contra riscos de alta da moeda norte americana, segue análise de sensibilidade para três cenários hipotéticos, sendo um cenário esperado à época das contratações e dois cenários de alta do dólar norte americano, em 30 de setembro de 2011:

Notas Explicativas

<u>Período</u>	<u>Operação</u>	<u>Valor de referência da cobertura US\$</u>	<u>Cotação US\$ exercício</u>	<u>Risco</u>	<u>Resultado Hedge Cenário esperado</u>	<u>Resultado bruto Hedge Cenário I (alta 25%)</u>	<u>Resultado bruto Hedge Cenário II (alta 50%)</u>
30/09/2011	Opção de compra de dólar	86.791	1,7929	Alta do US\$	(3.488)	35.479	74.381
31/12/2010	Opção de compra de dólar	44.743	1,7885	Alta do US\$	(4.604)	15.382	35.388

21.5 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para minimizar os custos a ela associados.

A Companhia tem utilizado essencialmente capital próprio para o financiamento de suas atividades, apresentando, consistentemente, baixo nível de endividamento quando comparado à sua posição de patrimônio líquido, bem como quando comparado à sua posição de caixa.

A sólida posição patrimonial da Companhia, e sua longa relação com importantes instituições financeiras e com o mercado de capitais, lhe garantem condições de acesso bastante confortáveis para captação de recursos via endividamento ou mesmo, emissão de novas ações para aumento de capital, se assim for necessário.

22 Partes relacionadas

A Companhia, sociedades controladas e pessoas ligadas, realizaram algumas operações entre si, relativas a aspectos financeiros e operacionais da Companhia. Descrevemos abaixo as operações mais relevantes:

a) Contexto Consolidado

Remuneração dos membros do Conselho e da Diretoria (a "Administração")

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores, após considerar o parecer do Comitê de Remuneração nos termos do art. 21 do Estatuto Social. No período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2011, a remuneração dos administradores totalizou R\$ 1.528 e R\$ 4.549 (R\$ 1.440 e R\$ 5.149 no período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2010), apresentados como outros resultados operacionais (nota explicativa nº 28).

A Assembleia Geral Ordinária realizada em 11 de abril de 2011 aprovou o limite de remuneração global dos administradores em até R\$ 10.000 para o exercício social de 2011.

Plano de opções de compra de ações

A Companhia possui planos de remuneração baseado em ações (nota explicativa nº 25). No período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2011, a despesa com plano de opções de compra de ações de administradores totalizou R\$ 2.776 e R\$ 8.447 (R\$ R\$ 3.293 e R\$ 10.544 para os períodos de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2010), apresentados como despesa operacional antes do resultado financeiro.

Participação estatutária

A participação estatutária refere-se à participação nos lucros atribuída aos administradores conforme definido no artigo 35, parágrafo único do estatuto social da Companhia e depende de aprovação dos acionistas em Assembleia Geral.

b) Contexto Controladora

Contratos de Locação

Em 2009, a Companhia renovou o contrato de locação com a controlada Dromegon do prédio da loja no centro de Porto Alegre. O valor da locação desse imóvel é sempre o maior valor entre (i) o equivalente a 5,5% das vendas mensais líquidas de tributos realizadas pela loja e (ii) R\$ 142 ao mês. O referido contrato de locação tem prazo de validade de 10 anos, sujeito a renovação.

Notas Explicativas

Contrato de Prestação de Serviço de Concessão de Empréstimos e Intermediação de Venda de Títulos de Capitalização

A Companhia oferece serviços financeiros de empréstimo pessoal, através de sua subsidiária, RACC, mediante contratos de convênio para concessão de empréstimos realizado junto a instituições financeiras, proporcionando aos titulares do Cartão Renner condições para obtenção de empréstimo pessoal. A Lojas Renner participa na operação com sua infra-estrutura operacional e como garantidora da operação. A RACC também oferece venda de títulos de capitalização através de um contrato de cooperação comercial realizado com a empresa Icatu Hartford Capitalização S.A.

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2011, bem como os valores das transações registrados no resultado do período relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações realizadas conforme condições contratuais e usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e estão sumariadas a seguir:

	Dromegon	RACC	REMP	Controladas					
				30/09/2011	31/12/2010	3T11	9M11	3T10	9M10
Saldos - Passivo									
Aluguéis a pagar	7.978	-	-	7.978	5.647				
Conta corrente com empresas ligadas	-	9.814		9.814	17.335				
Transações no período									
Despesas com aluguéis	(981)	-	-	(981)	(2.749)	(898)	(2.526)		
Resultado de equivalência patrimonial	812	2.182	(1.218)	1.776	9.597	5.700	16.830		

23 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 30 de setembro de 2011, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para estoques, conforme demonstrado abaixo.

	Controladora (BRGAAP) e Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	30/09/2011	31/12/2010
Responsabilidade civil	102.100	57.000
Riscos diversos – Imobilizado e estoques	1.232.127	1.003.003
Veículos	9.371	9.104

24 Acordos ou outras obrigações relevantes entre a Companhia e seus administradores

Conforme Capítulo IV, art. 13 do Estatuto Social da Companhia, a administração da Companhia incumbe ao Conselho de Administração e à Diretoria. A investidura desses Administradores no cargo faz-se por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo Administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, e pela prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

O Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, tem mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição. Os membros do Conselho de Administração em exercício serão considerados automaticamente indicados para reeleição por proposta conjunta dos membros do Conselho de Administração.

A Diretoria, cujos membros são eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, tem prazo de mandato de 2 anos, permitida a reeleição e estão vinculadas por meio de um contrato de prestação de serviços, cuja remuneração compreende um componente fixo corrigido anualmente pelo INPC e um variável, cujo valor reflete o desempenho financeiro da Companhia. O vencimento dos contratos está vinculado ao prazo de mandato dos diretores, com exceção do contrato firmado com o Diretor Presidente.

A Companhia firmou em março de 2009, um novo contrato de prestação de serviços com o seu Diretor Presidente. O Contrato prevê a permanência do executivo por no mínimo 5 (cinco) anos, remuneração compreendendo um componente fixo corrigido anualmente pelo INPC e um variável, cujo valor reflete o desempenho financeiro da Companhia.

Notas Explicativas

25 Plano de opção de compra de ações

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 16 de fevereiro de 2011, foi aprovada a proposta do Comitê de Remuneração para implementação um novo programa do plano de opção de compra de ações (7º outorga), outorgando 638 mil opções de compra de ações da Companhia. O preço de exercício das opções ficou estabelecido em R\$ 51,42 (cinquenta e um reais e quarenta e dois centavos) por ação. Não haverá atualização monetária no preço de exercício das opções.

Os programas prevêem que cinquenta por cento das opções tornar-se-ão exercíveis após o decurso de três anos de sua respectiva outorga, e o restante, após o decurso de quatro anos (considerando apenas as opções objeto de uma mesma outorga). Os programas prevêem também o direito ao exercício, em caso de falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do participante. A partir da 3º outorga, no caso da obrigação de realizar oferta pública, nos termos dos Art. 40, 41, 42 e 43 do Estatuto Social, ou na hipótese de sucesso de oferta pública para aquisição do controle da Companhia, se qualquer desses casos resultar em desligamento sem justa causa de participante do Plano por iniciativa da Companhia, todas as opções outorgadas ao respectivo participante e que ainda não sejam passíveis de exercício tornar-se-ão automaticamente exercíveis. Após uma opção ter se tornado exercível, o beneficiário (Administradores e Executivos selecionados) poderá exercê-la a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, até o término do prazo de 6 (seis) anos contados da data de outorga de tal opção. O 1º e 2º programas de outorga de opções dos Administradores prevêem o comprometimento para que não sejam vendidas, transferidas, oneradas ou de qualquer outra forma negociada o equivalente a 50% das ações que vierem a ser subscritas e integralizadas em razão do exercício das opções outorgadas por um período de um ano contado da data de subscrição e integralização das referidas ações. A outorga contratual de opções do Diretor Presidente, datada em 30 de março de 2009, prevê que o exercício das opções estará sujeito a um prazo de carência (*vesting*) total de seis anos contados da data de outorga. A partir do segundo aniversário da data de outorga, será permitido o exercício antecipado em parcelas de 20% ao ano, desde que atingida uma meta de valorização da Companhia através do indicador *Total Shareholder Return (TSR)*, estabelecida pelo Conselho de Administração.

Cada opção corresponde ao direito de subscrever uma ação da Companhia. Em 30 de setembro de 2011, existiam 5.552 mil opções (5.159 mil em 31 de dezembro de 2010), representando, no total, aproximadamente 4,53% das 122.551.315 ações emitidas pela Companhia.

A despesa contabilizada corresponde ao valor justo dos respectivos instrumentos financeiros, calculado na data da outorga, com base no modelo de *Black&Scholes*, registrado em uma base "pro rata temporis", durante o período de prestação de serviços que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção. No período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2011, a despesa com plano de opções de compra de ações de administradores totalizou R\$ 4.260 e R\$ 14.536 (R\$ 4.459 e R\$ 12.917 no período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2010).

O quadro a seguir apresenta a movimentação das outorgas de opções de compra de ações, o preço de fechamento da ação da Companhia em 30 de setembro de 2011 e o valor da opção corrigido pelo IPCA nesta mesma data:

	1º outorga A	1º outorga B	2º outorga	3º outorga A	3º outorga B	4º outorga	5º outorga
Total de opções de compra de ações emitidas – mil –	760	55	815	517	250	1.029	1.094
(-) Exercício das opções de compra de ações – mil	(634)	(50)	(246)	(102)	-	(30)	(28)
(-) Cancelamento das opções de compra de ações – mil	(126)	(5)	(216)	(234)	-	(185)	(129)
(=) Saldo atual do número de opções de compra de ações em 30/09/2011 – mil	-	-	353	181	250	814	937
Valor da opção para exercício em 30/09/2011 (1º e 2º outorgas corrigidos pelo IPCA) – R\$	N/A	N/A	27,53	29,01	29,83	34,25	15,15
Valor de mercado da ação em 30/09/2011 – R\$	50,65	50,65	50,65	50,65	50,65	50,65	50,65
	Outorga contratual	6º outorga A	6º outorga B	7º outorga	Total 30/09/2011	Total 31/12/2010	
Total de opções de compra de ações emitidas – mil –	1.822	601	10	638	7.591	6.953	
(-) Exercício das opções de compra de ações – mil	-	-	-	-	(1.090)	(887)	
(-) Cancelamento das opções de compra de ações – mil	-	(32)	-	(22)	(949)	(907)	
(=) Saldo atual do número de opções de compra de ações em 30/09/2011 – mil	1.822	569	10	616	5.552	5.159	
Valor da opção para exercício em 30/09/2011 (1º e 2º outorgas corrigidos pelo IPCA) – R\$	14,44	38,65	38,97	51,42			
Valor de mercado da ação em 30/09/2011 – R\$	50,65	50,65	50,65	50,65			

Notas Explicativas

Considerando o exercício das 4.936 mil opções in the money (2º, 3º, 4º, 5º e 6º outorgas e outorga contratual), demonstramos a seguir os efeitos no valor patrimonial da ação e respectivo percentual de redução de participação societária dos atuais acionistas em 30 de setembro de 2011:

Valor do Patrimônio Líquido em 30/09/2011	1.068.589
Quantidade de ações em 30/09/2011 – mil	122.551
Valor patrimonial da ação em 30/09/2011 – R\$	8,72
Valor do Patrimônio Líquido em 30/09/2011, considerando o exercício das opções in the Money	1.181.782
Quantidade de ações em 30/09/2011, considerando o exercício das opções in the money	127.487
Valor patrimonial da ação em 30/09/2011, considerando o exercício das opções in the Money	9,27
% de redução na participação societária dos atuais acionistas, considerando o exercício das opções in the Money	3,87%

Na determinação do valor justo das opções de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	1º Outorga (A)	1º Outorga (B)	2º Outorga	3º Outorga (A)	3º Outorga (B)	4º Outorga
Data da outorga	29/07/05	17/10/05	01/06/06	30/04/07	15/05/07	31/03/08
Dividend yield	-	-	1,21%	0,95%	0,89%	2,04%
Volatilidade do preço da ação	25,97%	59,37%	46,85%	34,46%	36,15%	51,39%
Taxa de juro livre de risco	14,87%	14,19%	14,92%	10,05%	9,69%	12,51%
"Vesting period"	-	0,04 anos	0,66 anos	1,56 anos	1,60 anos	2,48 anos
Número de opções	760	55	815	517	250	1.029
Valor justo na data da outorga	5.022	443	13.484	7.772	4.191	21.565
Valor da opção para exercício em 30/09/2011 - (1º e 2º outorgas corrigidas pelo IPCA) – R\$	8,59	12,26	27,53	29,01	29,83	34,25
	5º Outorga	Outorga contratual	6º Outorga (A)	6º Outorga (B)	7º Outorga	
Data da outorga	19/01/09	30/03/09	18/01/10	15/03/10	16/02/11	
Dividend yield	2,21%	2,65%	3,07%	2,93%	3,65%	
Volatilidade do preço da ação	79,74%	57,45%	33,65%	35,38%	42,84%	
Taxa de juro livre de risco	11,39%	11,02%	12,12%	11,51%	11,80%	
"Vesting period"	3,29 anos	3,48 anos	4,28 anos	4,43 anos	5,37 anos	
Número de opções	1.094	1.822	601	10	638	
Valor justo na data da outorga	14.079	16.296	12.349	218	19.040	
Valor da opção para exercício em 30/09/2011 - (1º e 2º outorgas corrigidas pelo IPCA) – R\$	15,15	14,44	38,65	38,97	51,42	

26 Plano de aposentadoria e pensão

A Companhia não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores.

27 Ônus, garantias e responsabilidades

A Companhia possui penhora de dois dos seus imóveis registrados no Ativo Imobilizado, decorrente de débitos que estavam sob discussão com a Fazenda Nacional.

Em 31 de julho de 2003, a Companhia optou por incluir os débitos com a Fazenda Nacional e FNDE, objeto de penhor, que totalizavam na data R\$ 1.074, no parcelamento especial instituído pela Lei 10.684/2003 (PAES). Referido parcelamento, destacado na nota explicativa nº 17, vem sendo regularmente pago pela Companhia e tem vencimentos programados até outubro de 2013, data em que poderão ser liberados os gravames sobre os referidos imóveis.

Os financiamentos concedidos aos clientes estão registrados na conta de financiamentos – operações serviços financeiros do passivo circulante e totalizam em 30 de setembro de 2011, R\$ 0 na controladora – BRGAAP e R\$ 3.909 no consolidado - IFRS e BRGAAP (R\$ R\$ 69.624 e R\$ 69.709 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente), vide nota explicativa nº 13.

Notas Explicativas

A partir de agosto de 2005, a Companhia passou a oferecer aos seus clientes a condição de pagamento com encargos (0 + 8 parcelas), através da intermediação junto a instituições financeiras (CDCI/Vendor), na qual a Companhia figura como fiadora e principal pagadora, sendo solidariamente responsável por todas as obrigações, principal e acessórias, oriundas da operação. Em 30 de setembro de 2011, o montante a vencer das operações de vendas financiadas garantidas pela Companhia totalizam R\$ 4.673 na controladora – BRGAAP e R\$ 4.844 no consolidado – IFRS e BRGAAP (R\$ 98.715 e R\$ 98.735 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente), vide nota explicativa nº 13.

A partir de Dezembro de 2010, a Companhia passou a disponibilizar aos clientes, através do Convênio para Concessão de Financiamentos – Vendor Eletrônico com o Itaú Unibanco, linha de crédito destinada ao financiamento dos clientes inadimplentes. A Companhia presta garantia ao Itaú Unibanco de referidas operações, assumindo como fiadora e principal pagadora das obrigações assumidas pelos clientes. Os financiamentos concedidos aos clientes nesta modalidade de crédito estão registrados na conta de financiamentos – operações serviços financeiros do passivo circulante e totalizam, em 30 de setembro de 2011, R\$ 113.128 na controladora e no consolidado (R\$ 19.695 em 31/12/2010).

Em abril de 2006, a Companhia e a sua controlada RACC celebraram “Contrato de Convênio Para Concessão de Empréstimos Pessoais” aos titulares do Cartão Renner junto ao Banco Safra S.A. e, a partir de março de 2010, junto ao Banco Alfa. Como parte da operação, a Lojas Renner S.A. assume junto aos Bancos, na condição de fiador e principal pagador, a plena e direta responsabilidade por todas as obrigações, principal e acessórias, contraídas e a serem contraídas pelos titulares do Cartão Renner nos empréstimos pessoais concedidos com base no contrato. Em 30 de setembro de 2011, o montante a vencer dos empréstimos pessoais garantidos totaliza R\$ 80.747 (R\$ 76.644 em 31 de dezembro de 2010), conforme Nota explicativa nº 13.

28 Outros resultados operacionais

Apresentamos a composição dos outros resultados operacionais:

	Controladora - BRGAAP				Consolidado – IFRS e BRGAAP			
	3T11	9M11	3T10	9M10	3T11	9M11	3T10	9M10
Remuneração dos administradores	(1.528)	(4.549)	(1.440)	(5.149)	(1.528)	(4.549)	(1.440)	(5.149)
Tributárias	(6.416)	(17.418)	(5.605)	(17.186)	(6.701)	(17.921)	(5.611)	(17.197)
Despesas com produtos/serviços financeiros	(18.157)	(49.946)	(11.998)	(33.110)	(21.205)	(59.001)	(12.363)	(33.806)
Outras receitas operacionais	1.185	2.929	5.167	6.929	1.185	2.929	5.167	6.930
Recuperação de créditos fiscais (a)	4.775	4.779	6.098	6.098	4.775	4.779	6.098	6.098
Outras despesas operacionais	(2.616)	(4.218)	(3.673)	(3.729)	(2.616)	(4.218)	(3.673)	(3.729)
Participação empregados (b)	(46)	(5.712)	(5.325)	(13.644)	(46)	(5.715)	(5.325)	(13.644)
Outros resultados operacionais	(22.803)	(74.135)	(16.776)	(59.791)	(26.136)	(83.696)	(17.147)	(60.497)

(a) Refere-se a processos relativos a recuperações de créditos fiscais provenientes de processos administrativos e judiciais em que a Companhia obteve êxito nas discussões.

(b) Refere-se à despesa com o Programa de Participação nos Resultados, estruturado em conformidade com a Lei 10.101/2000.

29 Resultado financeiro

Apresentamos a composição do resultado financeiro:

	Controladora - BRGAAP				Consolidado – IFRS e BRGAAP			
	3T11	9M11	3T10	9M10	3T11	9M11	3T10	9M10
Receitas financeiras	13.285	27.271	10.138	26.707	13.400	27.406	10.138	26.707
Despesas financeiras	(10.091)	(16.101)	(2.063)	(7.205)	(10.869)	(17.656)	(2.086)	(7.263)
Outras receitas / (despesas) financeiras	(891)	(952)	562	1.704	(864)	(933)	533	1.672
Resultado Financeiro	2.303	10.218	8.637	21.206	1.667	8.817	8.585	21.116

30 Informações por segmento de negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo Conselho de Administração.

As informações por segmento da Companhia estão segregadas em varejo e produtos financeiros.

Notas Explicativas

A tabela abaixo demonstra essa segregação:

	Controladora – BRGAAP					
	Varejo		Produtos Financeiros		Total	
	3T11	3T10	3T11	3T10	3T11	3T10
Receita líquida	623.405	568.740	76.614	69.030	700.019	637.770
Custo das vendas de mercadorias	(308.537)	(282.459)	(5.287)	(7.521)	(313.824)	(289.980)
(Despesas)						
Vendas	(178.807)	(160.799)	-	-	(178.807)	(160.799)
Administrativas e gerais	(60.126)	(56.810)	-	-	(60.126)	(56.810)
Perdas em créditos, líquidas	-	-	(23.147)	(18.758)	(23.147)	(18.758)
Outros resultados operacionais	(4.646)	(4.778)	(18.157)	(11.998)	(22.803)	(16.776)
LAJIDA (nota explicativa 3.22)	71.289	63.894	30.023	30.753	101.312	94.647

	Controladora – BRGAAP					
	Varejo		Produtos Financeiros		Total	
	9M11	9M10	9M11	9M10	9M11	9M10
Receita líquida	1.869.021	1.638.974	230.547	194.984	2.099.568	1.833.958
Custo das vendas de mercadorias	(885.551)	(779.383)	(16.966)	(20.343)	(902.517)	(799.726)
(Despesas)						
Vendas	(524.617)	(448.151)	-	-	(524.617)	(448.151)
Administrativas e gerais	(169.567)	(147.874)	-	-	(169.567)	(147.874)
Perdas em créditos, líquidas	-	-	(70.508)	(70.910)	(70.508)	(70.910)
Outros resultados operacionais	(24.189)	(26.681)	(49.946)	(33.110)	(74.135)	(59.791)
LAJIDA (nota explicativa 3.22)	265.097	236.885	93.127	70.621	358.224	307.506

	Consolidado – IFRS e BRGAAP					
	Varejo		Produtos Financeiros		Total	
	3T11	3T10	3T11	3T10	3T11	3T10
Receita líquida	657.076	568.740	84.846	75.133	741.922	643.873
Custo das vendas de mercadorias	(327.502)	(282.459)	(5.287)	(7.521)	(332.789)	(289.980)
(Despesas)						
Vendas	(189.434)	(159.934)	-	-	(189.434)	(159.934)
Administrativas e gerais	(63.936)	(56.810)	-	-	(63.936)	(56.810)
Perdas em créditos, líquidas	-	-	(24.384)	(18.758)	(24.384)	(18.758)
Outros resultados operacionais	(4.931)	(4.784)	(21.205)	(12.363)	(26.136)	(17.147)
LAJIDA (nota explicativa 3.22)	71.273	64.753	33.970	36.491	105.243	101.244

	Consolidado – IFRS e BRGAAP					
	Varejo		Produtos Financeiros		Total	
	9M11	9M10	9M11	9M10	9M11	9M10
Receita líquida	1.924.437	1.638.974	252.673	212.611	2.177.110	1.851.585
Custo das vendas de mercadorias	(916.594)	(779.383)	(16.967)	(20.343)	(933.561)	(799.726)
(Despesas)						
Vendas	(541.644)	(445.718)	-	-	(541.644)	(445.718)
Administrativas e gerais	(176.020)	(147.874)	-	-	(176.020)	(147.874)
Perdas em créditos, líquidas	-	-	(72.119)	(70.910)	(72.119)	(70.910)
Outros resultados operacionais	(24.695)	(26.691)	(59.001)	(33.806)	(83.696)	(60.497)
LAJIDA (nota explicativa 3.22)	265.484	239.308	104.586	87.552	370.070	326.860

Notas Explicativas

31 Contratos de locação de imóveis de unidades em operação

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia possuía 198 contratos de locação para suas unidades comerciais, de logística e administrativa, sendo 169 contratos referentes à operação da Lojas Renner (147 em 31/12/2010) e 29 contratos referentes à operação da Camicado. A Companhia analisou referidos contratos e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os contratos de locação das unidades comerciais (lojas), em sua maioria, prevêem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo, sendo a obrigação mensal da Companhia, pagar o maior valor entre ambos. Os valores mínimos dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação.

Os contratos de aluguel das áreas de logística e administrativa possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

Os contratos de aluguel são avaliados e reconhecidos na despesa com base na maturação das lojas.

No período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2011, no contexto da controladora, que inclui a operação de aluguel com a Dromegon descrita na nota explicativa nº 22, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$ 32.492 e R\$ 93.240 (R\$ 25.473 e R\$ 73.753 no período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2010). O saldo da conta de aluguéis a pagar, em 30 de setembro de 2011, é de R\$ 26.133 (R\$ 26.456 em 31 de dezembro de 2010).

No período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2011, no contexto consolidado, eliminado a operação de aluguel com a Dromegon descrita na nota explicativa nº 22, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$ 34.300 e R\$ 95.323 (R\$ 24.608 e R\$ 71.319 no período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2010). O saldo da conta de aluguéis a pagar, em 30 de setembro de 2011, é de R\$ 19.779 (R\$ 20.809 em 31/12/2010).

Os compromissos futuros, oriundos destes contratos, a valores de 30 de setembro de 2011 totalizam um montante mínimo de R\$ 861.262, assim distribuídos:

	Total	2011	2012	2013	2014	2015	2016 em diante
Aluguéis	861.262	32.943	129.349	127.399	125.425	108.214	337.932

32 Despesas por natureza

Apresentamos a seguir, segregação por natureza, das despesas apresentadas nas demonstrações do resultado de acordo com sua função:

	Controladora - BRGAAP				Consolidado - BRGAAP e IFRS			
	3T11	9M11	3T10	9M10	3T11	9M11	3T10	9M10
(Despesas) outras receitas operacionais								
Vendas	(178.807)	(524.617)	(160.799)	(448.151)	(189.434)	(541.644)	(159.934)	(445.718)
Despesas com pessoal	(70.741)	(200.089)	(61.450)	(173.241)	(76.294)	(209.310)	(61.450)	(173.241)
Despesas com serviços de terceiros	(28.133)	(93.488)	(33.563)	(85.045)	(28.989)	(95.259)	(33.563)	(85.045)
Despesa com ocupação	(44.180)	(126.441)	(35.132)	(103.972)	(47.481)	(130.720)	(34.267)	(101.539)
Outras despesas	(35.753)	(104.599)	(30.654)	(85.893)	(36.670)	(106.355)	(30.654)	(85.893)
Administrativas e gerais	(60.126)	(169.567)	(56.810)	(147.874)	(63.936)	(176.020)	(56.810)	(147.874)
Despesas com pessoal	(24.534)	(71.216)	(21.129)	(56.262)	(24.619)	(71.363)	(21.129)	(56.262)
Despesas com serviços de terceiros	(12.624)	(34.069)	(12.545)	(29.460)	(14.581)	(37.661)	(12.545)	(29.460)
Despesa com ocupação	(2.955)	(8.493)	(2.178)	(4.993)	(2.965)	(8.503)	(2.178)	(4.993)
Outras despesas	(20.013)	(55.789)	(20.958)	(57.159)	(21.771)	(58.493)	(20.958)	(57.159)
Perdas em créditos, líquidas	(23.147)	(70.508)	(18.758)	(70.910)	(24.384)	(72.119)	(18.758)	(70.910)
Outros resultados operacionais	(22.803)	(74.135)	(16.776)	(59.791)	(26.136)	(83.696)	(17.147)	(60.497)
Total das despesas	(284.883)	(838.827)	(253.143)	(726.726)	(303.890)	(873.479)	(252.649)	(724.999)

Notas Explicativas

33 Destinações do lucro

A Administração da Companhia propôs, em reuniões do Conselho de Administração realizadas nos dias 14 de março de 2011, 26 de junho de 2011 e 23 de setembro de 2011, a distribuição antecipada de juros sobre o capital próprio do exercício de 2011, nos montantes de R\$ 18.474 (R\$ 0,1510 por ação), de R\$ 18.920 (R\$ 0,1544 por ação) e de R\$ 19.376 (R\$ 0,1581 por ação), respectivamente. A distribuição desses dividendos será submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se até o mês de abril de 2012.

Os juros sobre o capital próprio, originalmente, são registrados nos livros contábeis e fiscais como despesa financeira, por ocasião da apropriação dos valores a pagar aos acionistas. Entretanto, para fins de preparação dessas demonstrações financeiras, utiliza-se a essência da transação e, portanto, são considerados como dividendos pagos e não transitam pelo resultado. Conseqüentemente, nessas demonstrações, os lançamentos mencionados anteriormente são reclassificados, ou seja, os juros sobre o capital pagos ou a pagar são registrados a débito de lucros acumulados. O valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro e os benefícios tributários oriundos dessa dedução foram de, aproximadamente R\$ 6.588 em 30 de setembro de 2011, R\$ 6.433 em 30 de junho de 2011 e R\$ 6.281 em 31 de março de 2011, conforme nota explicativa nº 9.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Lojas Renner S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Lojas Renner S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data, bem como as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 24 de outubro de 2011.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “F” RS

Carlos Biedermann
Contador CRC 1RS029321/O-4